



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 742 - DE 22 DE JUNHO A 5 DE JULHO DE 2025 - R\$ 5,00



Em defesa do Irã contra os ataques militares dos Estados Unidos e Israel



Por um levante da maioria explorada do Oriente Médio e do mundo contra o genocídio na Faixa de Gaza e contra as investidas bélicas no Líbano, na Síria e no Iêmen

Somente a classe operária unida e em luta contra o imperialismo pode impedir o impulso à catástrofe mundial

Pôr em pé a frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado!

Viva os 90 anos do Partido Operário Revolucionário da Bolívia!

Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!

Estados Unidos exigem que o Irã se renda incondicionalmente

Israel age como um braço armado do imperialismo norte-americano no Oriente Médio

Estados árabes servem de auxiliares da política de Trump e Netanyahu

A classe operária e os demais trabalhadores têm o dever de se colocar do lado do Irã

Israel iniciou, em 13 de junho, a guerra contra o Irã com uma onda de bombardeios. Os Estados Unidos são os principais responsáveis. Os sinais de que esse momento chegaria já estavam dados. Em uma série de ataques no Líbano, Síria, Iêmen e no próprio Irã, o governo de Netanyahu declarava a guerra, sem, contudo, manter a escalada bélica. Os bombardeios pontuais e os assassinatos de lideranças iranianas, libanesas e palestinas seguiam um plano para se chegar à guerra contra o Irã.

Depois de 20 meses de intervenção na Faixa de Gaza, o Hamas se encontra encurralado, o Hezbollah incapacitado e a milícia houthi enfraquecida. A Síria deixou de auxiliar a frente de resistência à ofensiva militar israelense, assim que o governo de Bashar al Assad foi derrubado pelo movimento Hayat Tahrir al-Sham (HTS), derivado do Estado Islâmico e apoiado por países árabes e pela Turquia, e por cima deles, pelos Estados Unidos. Rompida a capacidade do denominado “eixo da resistência”, Israel, finalmente, partiu para a guerra com o Irã. Trata-se de um objetivo estabelecido há muito tempo.

A operação militar do Hamas em 7 de outubro de 2023 foi tomada como uma oportunidade ímpar para Israel reocupar a Faixa de Gaza e proclamar abertamente o antigo plano de anexação do pouco que resta de território aos palestinos. O iceberg veio à tona. A ocupação da Faixa de Gaza era o ponto de partida para o Estado sionista se projetar no Oriente Médio, de forma a não só garantir a hegemonia norte-americana na região como fortalecê-la nas condições da explosiva crise mundial.

A linha de chegada estava demarcada: esmagar o Irã e destruir o regime islâmico dos aiatolás xiitas. Desde 1979, quando da revolução nacionalista, os Estados Unidos viram como um obstáculo a seus interesses no Oriente Médio a declaração de independência e soberania do Irã. De início, o imperialismo procurou uma convivência que levasse à subserviência. Não poderia haver determinação nacional sobre o controle das riquezas petrolíferas. O Irã está entre os maiores produtores de petróleo e gás do mundo. Estrategicamente, tem ascendência sobre o Estreito de Ormuz, no Golfo Pérsico, por onde trafega uma significativa parte dos negócios internacionais. Os conflitos dos Estados Unidos com o Irã se intensificaram de acordo com a situação econômica mundial e as relações entre os Estados que compõem o Oriente Médio.

As várias guerras que perpassaram a região desde o desmoronamento do Império Otomano evidenciaram a importância do país persa. A guerra entre o Irã e o Iraque de 1980 a 1988, portanto, logo após a revolução nacionalista, ao contrário de desmoronar o regime dos aiatolás o fortaleceu enormemente. Os Estados Unidos apoiaram o Iraque. O impulso do nacionalismo iraquiano acabou por afrontar os Estados Unidos. O regime de Saddam Hussein se aventurou a controlar as fontes petrolíferas do Kuwait, anexando o território em 1990. Os Estados Unidos, apoiados pela Arábia Saudita, intervieram esmagando as forças

iraquianas. O antagonismo entre o nacionalismo e o imperialismo se ampliou com as duas frentes: Irã e Iraque. Em 2003, os Estados Unidos inventaram um motivo para travar a guerra contra o regime de Saddam Hussein, que acabou sendo executado.

Destroçado o Iraque, o imperialismo norte-americano concentrou sua atenção no Irã. Fracassou em várias tentativas de derrubar o regime dos aiatolás. Agora, os Estados Unidos preparam o Estado sionista a fazer o “trabalho sujo”, segundo as recentes palavras do primeiro ministro da Alemanha, Friedrich Merz. É bom lembrar que o regime do xá Reza Pahlavi deu os primeiros passos, na década de 1950, na implantação do programa “Átomos para a Paz”, montado pelos Estados Unidos. Tudo em nome dos “fins pacíficos”, quando os Estados Unidos já haviam lançado a bomba atômica no Japão. A partir daí, a União Soviética alcançou essa alta tecnologia militar, e, em seguida, a França e o Reino Unido impulsionaram seus programas. Aumentou um pouco esse clube seletivo, incluindo países como a Coreia do Norte, Índia, Paquistão, China e Israel.

O Irã passou a ser amaldiçoado porque avançou a capacidade científico-tecnológica de fissão nuclear e enriquecimento do urânio, que tanto serve a fins pacíficos quanto militares. A criação da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em 1957, teve a função de dar poder aos Estados Unidos para autorizar ou negar o desenvolvimento das usinas nucleares em qualquer um dos países do mundo. Em seguida, o imperialismo impôs, nos anos de 1970, o chamado Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, do qual o Irã se tornou signatário. Em 2016, Barack Obama ditou ao governo do Irã um acordo de limitação da produção de energia nuclear. Em troca, suspendeu as violentas sanções econômicas que agravaram as condições do desenvolvimento iraniano. O seu programa nuclear ficou sujeito ao controle dos inspetores da AIEA. Em maio de 2018, Trump desfez o acordo de Obama e voltou a aplicar as grotescas sanções ao Irã.

Essa trajetória demonstra que os Estados Unidos armaram um cerco ao regime nacionalista do Irã desde a derrubada da monarquia do xá Pahlavi. Exploraram os conflitos nacionais entre persas e árabes, entre xiitas e sunitas. O Oriente Médio passou a abrigar uma rede de bases militares norte-americanas. O Estado sionista de Israel serviu de posto avançado para o intervencionismo norte-americano e de seus aliados europeus.

A guerra, sob a justificativa de acabar com o programa nuclear do Irã, na realidade, busca liquidar o regime nacionalista e submeter o país persa aos desígnios dos Estados Unidos. É inaceitável para as potências imperialistas que em qualquer parte do mundo existam países de economia atrasada e semi-colonial que exerçam a independência e a soberania nacionais, como é o caso excepcional do Irã. Historicamente, a burguesia iraniana teve de se colocar do lado das nações oprimidas que resistiam ao controle dos Estados Unidos, como foram a Síria,

Líbano e Faixa de Gaza. No Iêmen, o Irã apoiou a fração nacionalista em choque com os interesses da Arábia Saudita e com o controle dos Estados Unidos. Se o Irã for derrotado, provavelmente, o regime do Iêmen padecerá das duras consequências.

Se depender estritamente da capacidade militar, o Irã não tem como derrotar a ofensiva dos Estados Unidos e de Israel. A China e a Rússia, que são potências militar-nucleares, permanecem paralisadas em torno à diplomacia. Intervir em favor do Irã poderia abrir caminho para uma conflagração mundial.

Na reunião do G7, realizada em meados de junho, as forças do imperialismo se mostraram unidas em torno ao objetivo de destruir o programa nuclear do Irã. Trump ditou como condição para um cessar-fogo que o Irã se renda incondicionalmente. Na declaração final, se reitera o apoio ao Estado sionista de Israel e se proclama que o Estado iraniano “jamais poderá ter uma arma nuclear”. Isso quando os Estados Unidos e Reino Unido decidiram ampliar e reativar as usinas nucleares. O Banco Mundial cancelou a proibição de financiamento aos programas de energia nuclear. A Alemanha está decidida a seguir o mesmo caminho.

Ficou claro na reunião do G7 que os próximos passos serão de recrudescimento dos bombardeios ao Irã, com a participação

dos Estados Unidos e dos europeus. Lula participou como convidado, posando na fotografia ao lado de Zelensky. Mais uma vez, se comportou como um falastrão na reunião dos chefes do imperialismo.

Está absolutamente claro que a defesa do Irã é parte da defesa do povo palestino e de todos os oprimidos do Oriente Médio. Da mesma forma, a luta pela autodeterminação dos palestinos e pelo fim do genocídio faz parte do combate pela independência e soberania do Irã. Os desequilíbrios entre as forças em choque vão aumentar e corre-se o risco da guerra se ampliar. Não se pode desvincular o que se passa na Faixa de Gaza e no Irã da guerra na Ucrânia, bem como da guerra comercial em curso dos Estados Unidos com a China.

Predominam as tendências bélicas sobre a diplomacia. Está nas mãos das massas oprimidas e, principalmente, do proletariado a tarefa de defender e lutar ao lado das nações oprimidas. O curso das guerras coloca objetivamente para os explorados se erguerem encarnando o programa da revolução social e constituindo a frente única anti-imperialista. Essa tem sido a orientação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e assumida firmemente pela seção brasileira, o POR.

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Em defesa do Irã contra os ataques militares dos Estados Unidos e Israel

Por um levante da maioria explorada do Oriente Médio e do mundo contra o genocídio na Faixa de Gaza e contra as investidas bélicas no Líbano, na Síria e no Iêmen

Somente a classe operária unida e em luta contra o imperialismo pode impedir o impulso à catástrofe mundial

Pôr em pé a frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado!

A invasão militar da Faixa de Gaza, em seguida ao 7 de outubro de 2023, desencadeou um movimento mais amplo do Estado sionista de Israel no Oriente Médio, sendo que o principal inimigo era e é o Irã. As Forças de Defesa de Israel estavam bem preparadas e prontas para travarem um combate contra a resistência do povo palestino aos objetivos de anexação territorial.

A destruição e a carnificina na Faixa de Gaza têm sido justificadas pela burguesia sionista - nas palavras de Benjamin Netanyahu - e pelos Estados Unidos - agora, nas palavras de Donald Trump - como sendo um imperativo “existencial do Estado judeu”. Nesse marco, o Estado sionista levou a guerra ao Líbano, Síria, Iêmen e a concentrou, neste momento, no Irã. Os bombardeios às usinas

nucleares, às bases militares, aos campos de gás e petróleo, ao aeroporto e às instituições governamentais também são justificados em nome da “existência de Israel”.

Os assassinatos seletivos planejados pelo Serviço de Inteligência (Mossad) de autoridades políticas, militares e científicas são típicas do terrorismo de Estado. Israel foi constituído como um enclave dos Estados Unidos no Oriente Médio. Nenhuma força militar da região tem como colocar em risco a existência do Estado sionista. Os Estados Unidos - a mais poderosa força bélica - não só ergueram na Palestina um Estado militarista como têm suas bases militares implantadas nos pontos mais estratégicos do Oriente Médio. Israel foi aparelhado com bomba atômica, de forma que é o

único Estado capaz de travar um combate nuclear na região.

Os Estados Unidos provocaram uma guerra contra o Iraque, sob a mesma justificativa de impedir que o regime de Saddam Hussein alcançasse armas químicas e nucleares. O país foi destruído e perdeu o pouco de soberania que havia conquistado sob a política do nacionalismo burguês. O Irã, sob a ditadura monárquica do xá Mohammad Reza Pahlavi, esteve subordinado aos ditames dos Estados Unidos até que a revolução nacionalista triunfou em 1979. É bom lembrar que a OTAN interveio através do comando do general Robert Huyser, sem, contudo, ter como manter no poder o xá Pahlavi. O regime islâmico foi a forma que os iranianos encontraram para fazer frente às imposições norte-americanas e aliados. Desde então, o Irã ganhou influência econômica, militar e religiosa no Oriente Médio. Teve de travar uma guerra fratricida (1980-1988) com o Iraque, cuja influência dos interesses imperialistas foi decisiva. A estabilidade nas relações no Oriente Médio e a necessidade dos Estados Unidos manterem o seu domínio levaram à guerra do Golfo (1990-1991) e à guerra do Iraque (2003-2011).

O imperialismo sufocou à força a resistência nacionalista no Iraque, sem, contudo, liquidá-la no Irã. As divisões religiosas no campo do islamismo favoreceram a intervenção norte-americana contra os movimentos nacionais e o consequente nacionalismo.

Na base dos antagonismos entre o Estado persa e Estados árabes, estão as riquezas petrolíferas e as posições geoestratégicas dos países do Oriente Médio, que surgiram após o fim do Império Otomano e as divisões traçadas pelo imperialismo na Primeira e Segunda Guerras Mundiais. A guerra civil na Síria, iniciada em 2011 e concluída com a queda de Bashar al Assad em 2024, tornou-se um pivô nesse processo de conflitos e guerras na região. A subordinação dos Estados árabes mais importantes, como Arábia Saudita, Emirados Árabes, Egito e Jordânia, à estratégia dos Estados Unidos de elevar o poder de Israel e favorecer seu avanço contra a resistência do povo palestino abriu o caminho para o Irã tomar a frente da luta contra as imposições norte-americanas e o expansionismo colonialista do Estado sionista. A longa guerra civil internacionalizada na Síria despedaçou o país e acirrou ainda mais os antagonismos nacionais provocados pelas relações capitalistas de produção. É de grande importância nessa rede de confrontações as guerras que envolveram o Líbano, desde a primeira guerra Árabe-Israelense, de 1948-1949, até a presente ocupação militar de Israel na Faixa de Gaza, cujos reflexos atingiram não só o Líbano como a Síria.

A decisão dos Estados Unidos de incentivarem e apoiarem o governo de Netanyahu a ir à guerra de anexação se deu em um momento de agravamento da crise mundial marcada pela guerra na Ucrânia e pelos antagonismos entre os Estados Unidos e a China. Um ano e oito meses de guerra na Faixa de Gaza e a ampliação do intervencionismo norte-americano na região debilitaram a resistência encarnada pelo Irã. A derrubada do governo de Assad na Síria se encarregou de garantir a supremacia de Israel sobre a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e o Líbano. Israel avaliou que conseguiu enfraquecer ao ponto máximo a resistência palestina, isolando a Faixa de Gaza, neutralizando o Líbano e a Síria. Chegou a hora de esmagar o Irã.

Os ataques e contra-ataques de abril e outubro de 2024 anunciaram a declaração de guerra de Israel contra o Irã, que, em 13 de junho de 2025, finalmente, se configurou como guerra. A tentativa de Trump de disfarçar a participação dos Estados Unidos soou como pantomina. Emmanuel Macron, presidente da França, foi mais sincero e declarou apoio ao Estado sionista de Israel. O 1º ministro da Inglaterra, Keir Rodney Starmer, dispôs seu aparato militar para auxiliar as Forças de Defesa de Israel. Ao contrário, a China, Rússia e Turquia denunciaram a violação da Carta da ONU. Mesmo a Arábia Saudita e Emirados Árabes, ainda que demagogicamente, criticaram Israel. O fato concreto é que Israel ampliou seu raio de ação militar da Faixa de Gaza, para o Líbano, Síria, Iêmen, chegando ao Irã.

Os povos oprimidos do Oriente Médio e de todos os continentes têm o dever de defender o direito do Irã de desenvolver seu programa nuclear. Os Estados Unidos são o maior perigo para a humanidade, como demonstraram seus bombardeios nucleares sobre Hiroshima e Nagasaki. O direito de um punhado de países monopolizarem a energia nuclear e, portanto, as armas atômicas, é uma imposição imperialista. As tentativas de controlar o domínio da energia nuclear não implicaram que as potências renunciassem à

bomba atômica, que é utilizada para atemorizar as nações que se rebelam contra as imposições imperialistas. Não há porque Israel ter bomba atômica e não o Irã. É falsa a alegação de que um está por sua defesa existencial e outro não. Esse argumento mascara o caráter colonialista que passou a ocupar o Estado sionista de Israel, apoiado e controlado pelos Estados Unidos.

As tendências bélicas estão em franca ascensão, impulsionadas pela guerra comercial em curso, estando à frente os Estados Unidos e aliados. As guerras na Ucrânia, Faixa de Gaza e, agora, no Irã são as pontas do iceberg do militarismo capitalista. Eis por que é fundamental que os explorados e povos oprimidos se levantem contra a dominação e a prepotência do imperialismo.

A crise de direção revolucionária tem impedido transformar o temor e o descontentamento dos explorados com as disputas econômico-comerciais e as guerras em movimentos re-

volucionários anti-imperialistas e anticapitalistas. A tendência, no entanto, é de a classe operária responder às consequências nefastas das disputas territoriais, das anexações e das imposições econômicas ditadas pelas potências.

Trata-se da vanguarda com consciência de classe confluir com as tendências instintivas de luta dos explorados com o programa da revolução social. A constituição da frente única anti-imperialista é o ponto de partida para a classe operária e os demais explorados reunirem forças capazes de combater a burguesia e o regime capitalista em decomposição.

- Pelo fim imediato dos ataques do Estado sionista de Israel, Estados Unidos e aliados ao Irã!
- Pelo fim imediato do genocídio do povo palestino!
- Organizar a luta anti-imperialista, sob a estratégia programática dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

15 de junho de 2025

Julgamento de Bolsonaro e de sua cúpula militar

O que esperar?

O esperado dia em que Bolsonaro se sentasse no banco de réu e assistisse ao seu julgamento, sob a acusação de ser organizador de um golpe e de ter atentado contra o “Estado de Direito” chegou de forma amena e pacífica. A ultradireita e seus aliados de centro-direita não tiveram condições políticas para contestar nas ruas e na porta dos quartéis a exposição nacional tanto do ex-presidente quanto de sua cúpula militar como um bando de conspiradores.

À espera desse dia, o PL, aliados partidários, governadores, parte das igrejas evangélicas e organizações empresariais orquestraram manifestações, como a do Rio de Janeiro e de São Paulo em meados de março, sob a condução do pastor ultradireitista Silas Malafaia. Ergueram a bandeira de anistia aos condenados pela invasão da Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Fracassaram os atos, e, assim, arrefeceu a campanha da anistia que, se fosse levada adiante no Congresso Nacional, Bolsonaro e seus comparsas poderiam se beneficiar.

O fato de as frações mais poderosas da burguesia não verem condições para se contrapor ao processo movido pela Procuradoria Geral da República (PGR) e assumido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) impossibilitou que a ultradireita se impusesse e inviabilizasse arrastar Bolsonaro ao banco dos réus. Somente um golpe de Estado poderia interromper o processo e o julgamento dos conspiradores. O que era completamente inviável. Assim, a solução parlamentar de livrar os acusados caiu por terra. A bandeira da anistia perdeu força.

É nesse marco político que o julgamento iniciado em 9 de junho se deu sob uma fantástica calma. Evidentemente, Bolsonaro e bolsonaristas aguardam uma condenação, que posteriormente poderá ser amenizada ou desfeita. É aguardada a falência do governo Lula e a eleição em 2026 de um opositor, que teria força política para modificar as decisões do STF.

As Forças Armadas tiveram de aceitar o processo que envolve generais como Braga Netto, Augusto Heleno e o almirante Almir Garnier. Esse acontecimento excepcional se deve ao fato de que a organização do golpe, sob a direção do presidente Bolsonaro, somente não foi à frente porque houve uma divisão no alto comando das Forças Armadas. Os generais Valério Stumpf Trindade e Freire Gomes não concordaram com a aventura dos bolsonaristas. Sem a unidade das três forças e sem a participação das frações mais importantes da burguesia, Bolsonaro e seus militares não tiveram como impor um regime de exceção e impedir a posse de Lula.

A marcha sobre a Praça dos Três Poderes promovida pelos acampados em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília, ocorreu sem que a direção golpista estivesse diretamente no comando. O presidente Bolsonaro e o seu ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres, coincidentemente, estavam nos Estados Unidos. Os generais Braga Netto, Augusto Heleno e o almirante Garnier não ousaram comandar a aventura. Tinham ciência de que o plano gestado no interior do Palácio do Planalto não poderia ir à prática.

A explosividade dos acontecimentos do 8 de janeiro foi a consequência final de um processo de contestação de Bolsonaro à decisão do STF de libertar e restabelecer os direitos políticos de Lula. O seu governo se viu profundamente abalado pelos impactos econômicos e sociais da pandemia que perpassou os anos de 2020 e 2021. Lula emergiu em meio à contundente crise política e, portanto, às divisões no interior da burguesia, ao desencanto da classe média e ao descontentamento da classe operária.

A polarização eleitoral e a vitória apertada de Lula deram margem às maquinações golpistas, que se abrigaram nas hostes do PL, de setores militares e empresariais, principalmente da agropecuária e do comércio. Os populares que invadiram a Praça dos Três Poderes serviram tão somente de massa de manobra para os objetivos da cúpula golpista. Muitos receberam uma pesada condenação. Somente agora, Bolsonaro e seus generais aguardam uma condenação. A pressão política é para que não seja tão dura, de forma que no futuro próximo possam se livrar das imputações de golpistas.



A imprensa acentuou que se trata de um processo de condenação inédita, por envolver altas patentes das Forças Armadas. Nesse sentido, nos remete ao fato de que os militares que impuseram 21 anos de ditadura, promoveram torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres saíram ilesos. A Comissão da Verdade se mostrou incapaz de pôr no banco dos réus os homicidas. Então, será um grande feito se Bolsonaro e seus generais forem presos, segundo os autodenominados democratas e amantes do Estado de Direito. É o que se espera.

O fundamental, porém, permanece oculto. Que motivos têm

fortalecido a ultradireita e causado tamanha instabilidade política, é a pergunta que a burguesia, seus partidos e suas instituições não têm como responder.

O período de maior estabilidade na história política do Brasil se deu sob a ditadura militar, graças ao sufocamento da luta de classes e a imposição da centralização ditatorial às forças burguesas que comandam o Estado. A “redemocratização” e a constituição da denominada “Nova República”, com o fim da ditadura militar, em 1985, não erigiram um sólido e amplo regime democrático.

A tentativa de impedir a posse de Lula tem antecedentes nos processos de impeachment de Collor e Dilma Rousseff. Os escândalos do “mensalão” e agora o do INSS evidenciam a decomposição da política burguesa e das instituições do Estado. O fracasso do reformismo encabeçado pelo PT e materializado no governo Lula cria as condições sociais e políticas para a emergência da ultradireita e fortalecimento da centro-direita, que convergem no objetivo de descarregar a crise do capitalismo sobre a classe operária e a maioria oprimida.

A política de conciliação de classes do PT impulsionou o sindicalismo corporativo e desarmou completamente o movimento operário e popular. A força eleitoral de Lula – um fenômeno do caudilhismo que se gestou no fim da ditadura militar e se proje-

tou sob a “Nova República” – não corresponde à capacidade de mobilizar os explorados contra a ofensiva da ultradireita. Eis por que o PT e aliados se mostraram impotentes diante do golpe institucional de 2016.

O terceiro mandato de Lula se deveu à frente ampla com partidos de centro-direita. Não por acaso, o vice-presidente é Geraldo Alckmin, que foi governador de São Paulo pelo PSDB e que acabou se albergando no PSB. A política econômica que pretendeu no passado e pretende no presente agradar tanto os miseráveis quanto os ricos, tanto os explorados quanto os exploradores, tanto os milhões de pequenos produtores e comerciantes quanto o grande capital, resultou e resulta em favorecimento dos poderosos capitalistas.

No momento em que o STF julga os cabeças da ultradireita, o governo Lula se afunda em busca de como sustentar os interesses dos banqueiros, parasitas da dívida pública e oligarcas da agropecuária. A reprovação do IOF e da tentativa do PT de taxar minimamente os bilionários indica o quanto o governo de frente ampla, montado por Lula, se encontra encurralado no Congresso Nacional oligárquico. Seu arcabouço fiscal implica proteger os banqueiros, os financistas e a casta burguesa que concentra a gigantesca riqueza.

A condenação dos golpistas favorece a governabilidade de Lula provisoriamente. Mas, a ultradireita e a centro-direita poderão se unir, a depender do desenvolvimento da crise social.

A ampla predominância da política de colaboração de classes se voltará contra o próprio PT e servirá ao impulso das posições oligárquicas, antipopulares e antinacionais. Trata-se de combater a

ilusão de que a ultradireita está diante de uma grande derrota com a condenação de Bolsonaro e generais.

Certamente, houve correntes de esquerda que minimizaram e até negaram que houve uma tentativa de golpe. Erraram absolutamente, sem compreenderem que as causas desse processo antidemocrático continuam vivas e suas chamadas vêm se aquecendo mais e mais.

Permanece vigente a bandeira de que somente um Tribunal Popular, edificado pelo movimento dos explorados em luta por um programa próprio, pode julgar os golpistas e derrotar as tendências antidemocráticas, como parte da estratégia revolucionária do proletariado. A tarefa de libertar os sindicatos das amarras da política de conciliação de classes e organizar os explorados no campo da luta de classes se choca tanto com a esquerda burguesa como com a direita e a ultradireita burguesas.

Os petistas, aliados e arrivistas de esquerda têm procurado desviar a atenção e as reivindicações dos explorados para o julgamento dos golpistas. Procuram convencer suas próprias bases descontentes com a política econômica de Lula com a justificativa de combater a ultradireita bolsonarista. Em sentido contrário, o Partido Operário Revolucionário tem trabalhado para que a classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida convirjam para um programa próprio e enfrentem as adversidades criadas pelo capitalismo com o método da ação direta. Para pôr em pé um movimento de combate à ultradireita e direita burguesas, é imperativo potenciar a bandeira de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula.



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário
Ano XXI - Junho/2025

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Mercedes-Benz

Denúncia dos trabalhadores terceirizados da empresa MP Quality

A revolta e as denúncias dos trabalhadores terceirizados na Mercedes e demais empresas aumentam a cada dia. No Boletim Nossa Classe anterior, publicamos a denúncia dos trabalhadores da SeSé, que fizeram paralisações em alguns setores, revoltados com os descontos indevidos referente ao valor da PLR. Desta vez, recebemos a denúncia dos trabalhadores da empresa terceirizada MP Quality, que presta serviço de engenharia da qualidade e técnico mecânico para a Mercedes. Os companheiros escreveram: “o valor de nosso vale alimentação é de apenas R\$ 95,00, uma vergonha para uma empresa que trabalha dentro de uma multinacional como a Mercedes; não recebemos PLR; as trocas de folgas dos feriados são avisados em cima da data; precisamos de apoio porque somos poucos trabalhadores; nosso sindicato é de assessoria e nós trabalhamos com peças diretas da linha de produção; precisamos de outro sindicato”.

Os baixos salários e a superexploração denunciada pelos trabalhadores da SeSé e da MP Quality são consequências da terceirização. A Mercedes com a ajuda da direção pelega do Sindicato Metalúrgico do ABC terceirizou o setor de logística, engenharia, motores e outros da fábrica. Com a terceirização, a Mercedes demitiu milhares de trabalhadores efetivos e contratou empresas terceirizadas que pagam 1/3 do salário dos efetivos.

O Nossa Classe vem travando a luta pela efetivação dos trabalhadores terceirizados e pelo fim da terceirização. Para isso, chamamos os trabalhadores a participarem do Encontro Operário, que realizamos todo mês, para que possamos organizar a luta unificada de terceiros e efetivos nas fábricas. Camaradas, não precisamos construir outro sindicato. A nossa luta deve ser para construir as oposições sindicais e as comissões de fábrica de luta, classista e revolucionárias, para expulsar os dirigentes sindicais traidores e resgatar o sindicato para a luta em defesa dos empregos, salários e direitos.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



Mil dias de greve na Avibrás

Direção Sindical faz ocupação de fachada e trabalhadores permanecem sem empregos e salários

Fábrica fechada é fábrica ocupada. Nenhuma demissão! A resposta operária é o controle Operário da produção

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José do Campos, da CSP-Conlutas (PSTU), convocou os trabalhadores da Avibrás de Jacareí para um ato no dia 4, data em que completam 1000 dias de greve na fábrica. A greve iniciada em 9 de setembro de 2022, foi motivada pelo atraso salarial, que já se arrasta por 26 meses e relegou os trabalhadores à miséria e ao adoecimento físico e mental em decorrência do desemprego. Durante esse período, a burocracia isolou a luta dos operários da Avibrás e canalizou o movimento para as saídas burguesas e judiciais. Limitou-se a pressionar em palavras o governo burguês de Lula, além de ocupações de fachada da fábrica, caravanas para Brasília, atos em frente a casa do João Brasil etc. Todas essas medidas distracionistas, que o sindicato chama de “luta”, fracassaram.

Os burocratas sindicais, lacaios dos patrões, criam expectativas nos operários de que a situação pode ser resolvida com a aquisição da Avibrás pela Brasil Crédito, após a aprovação do plano alternativo de recuperação, que entregará a fábrica a um novo

capitalista, um novo carrasco dos trabalhadores.

A ocupação da Avibrás, realizada no dia 4 de junho, foi simbólica e distracionista, diante da desgraça dos trabalhadores sem emprego e sem salário. A ocupação simbólica com horário de início e término é só uma enrolação para impedir a revolta dos operários, já que a direção não está pela organização de fato da luta pela estatização da fábrica.

O Boletim Nossa Classe pergunta: frente ao fechamento da Avibrás e brutal ataque da patronal aos trabalhadores, qual deve ser a resposta e o papel do sindicato? A resposta dos operários e do sindicato deve ser a de aprovar a ocupação da fábrica, implantar o controle operário da produção e organizar a luta coletiva e nacional, convocando assembleia geral dos metalúrgicos do Vale do Paraíba e exigir que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, para impor ao governo e a patronal a estatização da Avibrás, sem indenização aos patrões, sob controle operário.

Campanha do Boletim Nossa Classe por um Dia Nacional de Luta

Os preços dos produtos básicos continuam nas alturas. O governo Lula disse que o salário mínimo para 2026 deve ser de R\$ 1.630,00. Portanto, um decreto de fome para milhões de trabalhadores e aposentados. A taxa de desemprego caiu, porque milhões estão com o trabalho informal e temporário, recebendo um salário mínimo. As direções sindicais continuam caladas diante do salário mínimo de fome, da informalidade e da terceirização. Estão empenhadas em defender o governo Lula, que, como vimos, não revogou a reforma trabalhista, da lei da terceirização e a reforma da previdência, de Temer e Bolsonaro. Pior ainda, está impondo mais desgraças aos trabalhadores, como o salário mínimo, os cortes de recursos à saúde e educação.

O Boletim Nossa Classe vem denunciando o governo

burguês de Lula e Bolsonaro. Defende um governo próprio da classe operária, o governo operário e camponês, que será conquistado por meio da revolução social. Vem defendendo que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta em defesa das reivindicações elementares e das condições de vida dos trabalhadores. Defende um salário mínimo vital, que segundo o Dieese deve ser de R\$ 7.528,56, ou seja, um valor necessário para manter a família trabalhadora. Defende também o emprego a todos, o que significa a luta pela redução da jornada sem redução dos salários e o fim da escala 6X1. O método de defesa dessas reivindicações deve ser o da ação direta, da greve, da ocupação de fábrica, manifestações e bloqueios.

Nota do Boletim Nossa Classe em apoio à greve na Braskem

Operários das terceirizadas resistem em greve

A greve dos trabalhadores das empresas terceirizadas na Braskem começou em 09 de junho, quando a pauta de reivindicação foi discutida pelos Sindicatos da Construção Civil, Indústria e Mobiliário e a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado de São Paulo - FETICOM/SP, e aprovada pelos trabalhadores dos 53 sindicatos filiados à Federação. No entanto, a unidade só acontece na cúpula dos sindicatos e na Federação. Os acordos são fechados e as greves acontecem por fábricas. A unidade, assim, vira “fala morta” para a organização e a ação coletiva dos operários.

Na pauta, constava um reajuste salarial de 10% (5% da inflação e 5% de aumento real). Como as direções sindicais não organizam os trabalhadores, os acordos foram sendo fechados. Onde não ocorreu nenhuma mobilização, a burocracia sindical aceitou o

reajuste de 6%, ou seja, 1% de aumento real; onde houve alguma mobilização, o acordo alcançou 7,32%, 5% da inflação e 2,32% de aumento real. Na REVAP, em São José dos Campos, os operários paralisaram por três dias. Na RECAP, em Mauá, sem mobilização, as terceirizadas fecharam em 7,32%. Agora, na Braskem, as terceirizadas rejeitam o reajuste de apenas 6% e linear, ou seja, para qualquer outro benefício. Na mesa de conciliação, o juiz do Tribunal Regional do Trabalho apresentou 6,5% e 7,32% no lanche da tarde. Essa proposta foi rejeitada pela assembleia dos trabalhadores, e aprovaram a greve.

Os militantes do Boletim Nossa Classe, do Partido Operário Revolucionário, estão participando das assembleias na Braskem. Dois pronunciamentos do POR chamaram bastante atenção dos operários. Tratava-se da defesa dos piquetes de greve na porta da

fábrica para impedir a entrada de fura-greves. Os piquetes como instrumentos da democracia operária, que em assembleia a maioria aprovou a greve. Foi defendido, também, uma greve ativa, para isso era necessário aprovar uma manifestação, com bloqueio da avenida, o que implica a unidade dos operários terceirizados ou não da Braskem. Essas propostas estavam em choque com a direção do sindicato, que se colocava por uma greve passiva. O outro pronunciamento se concentrou na defesa de que as centrais e sindicatos convocassem um Dia Nacional de Luta, por empregos, salários e direitos, com paralisação.

O fato da direção do sindicato não se colocar por uma greve unitária e ativa fez com que a assembleia do dia 17 de junho contasse com menor participação. Era o reflexo natural de sete dias de greve sem nenhuma atividade de rua, onde os trabalhadores

pudessem mostrar para a cidade de Santo André e Mauá que estão paralisados. As assembleias diárias são importantes para manter os trabalhadores ativos e discutindo os caminhos do movimento grevista, porém deve ser combinadas com atos e bloqueios das avenidas para chamarem a atenção das outras categorias. Infelizmente, a direção do Sindicato da Construção Civil e Mobiliário do ABC, CONSTRUMOB, não chegou a este patamar de decisão, resumindo o dia na assembleia e mandando os operários para casa. Desta forma, muitos passaram a ficar em casa, e outros acabaram por furar a greve. Certamente, pesa sobre os trabalhadores as pressões dos chefetes.

Os operários na assembleia dia 17 de junho, apesar de ouvirem muitas críticas como se fossem os culpados, não se submeteram às migalhas dos patrões. Aprovaram a continuidade da greve.

Reprodução das falas do Boletim Nossa Classe nas assembleias das empresas terceirizadas Manserv, Cascadura e outras que ficam dentro da Braskem

10/06 - 2º dia de greve

Os patrões não têm dó de ninguém. Querem que a gente fique de cabeça baixa, aceitando todo tipo de exploração, mas aqui estão os lutadores, que não aceitam nada de cabeça baixa! Vocês sabem que sou professora e dou aula na região. Vim falar que além dos empresários bilionários da Braskem, Manserv, Cascadura etc., temos os governos que são seus representantes, como Ricardo Nunes e Tarcísio, que estão fechando as escolas públicas, demitindo professores e diretores, igual a Braskem faz com vocês, uma maracutaia onde demite e terceiriza, impondo o contrato temporário sem direitos e salários menores. Mas, nós professores, também não estamos de cabeça baixa. Fizemos 13 dias de greve na rede municipal contra o Nunes, porque está com esta política de cortes de gastos e privatização. Sabe o que significa privatização? Significa que o governo usa o dinheiro público para favorecer os negócios dos capitalistas. Por isso, fizemos greve e estamos fazendo uma luta grande contra a privatização da educação, da saúde e dos demais serviços públicos.

Está tendo greve hoje em Brasília e o governador de ultra direita está atacando e reprimindo o movimento. Os professores decidiram que não vão aceitar nenhuma repressão e que a greve continua! Não é porque controlam a Justiça burguesa que a gente

tem de acatar e voltar ao trabalho, que a gente tem de voltar com uma mão na frente outra atrás. Não! Temos de apostar em nossa força. Trabalhador precisa de emprego, precisa de salário e precisa de direitos.

Na faixa do Sindicato, o Construmob, que os trabalhadores precisam de salários dignos. Certo! A greve ocorre porque esses patrões não cumpriram nem o acordo do dissídio do ano passado. Sem greve esses empresários não ouvem ninguém. Sozinhos não conseguimos pressioná-los. Precisamos mostrar força para enfrentá-los. Por isso, a greve deve continuar.

Para finalizar, quero lembrar que esta luta por emprego, salário, direitos, contra a privatização e em defesa da estabilidade a todos não é só de vocês. É também dos operários de São José dos Campos, de Caraguatatuba e de outros locais, portanto a luta grevista contra a privatização precisa ser unificada. Cabe à CUT, pois somos da CUT, e as demais Centrais Sindicais chamarem um Dia Nacional de Luta, com greve geral. Só assim vamos arrebentar essa política de demitir, escravizar, privatizar que esses milionários parasitas estão fazendo conosco. Precisamos e vamos vencer!

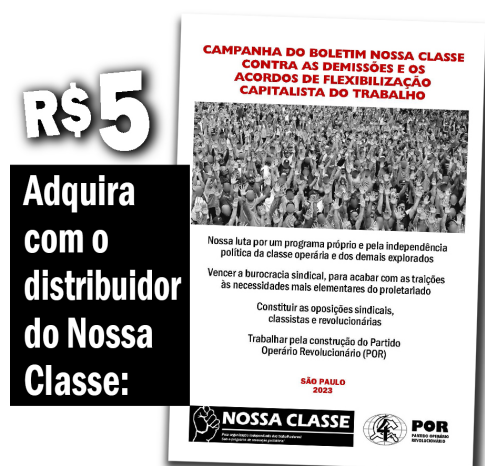
E viva a nossa greve companheiros!

Fala na assembleia do 6º dia de greve

A resistência tem de continuar. Enquanto estas empresas parasitas que estão lá dentro da Braskem ganham rios de dinheiro, os trabalhadores estão aqui do lado de fora lutando por 7,32% de reajuste salarial. Vocês viram que na Recap de Mauá teve o reajuste sem greve e na Revap de São José dos Campos teve 3 dias de greve e conseguiram primeiro os 7,32%. Por que aqui estão fazendo vistas grossas a Manserv, a Cascadura e demais terceirizadas? Porque a Braskem também está fazendo vistas grossas e não está pressionando as empresas terceirizadas para pagar o reajuste padronizado nos outros locais. Ora, a Braskem é a empresa que dá o dinheiro para as terceirizadas contratarem pessoas para fazerem o serviço e essas empresas terceirizadas fazem o que? Contratam pessoas, vocês no caso, com salários menores do que os operários da Braskem. Está errado isso. Existe uma lei federal que diz “trabalho igual, salário igual”. E é por isso que a greve tem de continuar. Se esses capitalistas continuarem fazendo vistas grossas e não pressionarem a Manserv e as demais empresas terceirizadas a dar os 7,32% o que temos de fazer aqui? Manter a greve.

Mas tem um detalhe: temos de dar um passo à frente com essa multidão de operários. Quais passos? fazer o piquete lá na portaria de entrada, junto aos operários da Braskem para que façam greve de apoio a nossa luta; fazer um bloqueio nesta avenida, uma

passeata, aí sim virá a imprensa e mostraremos que temos um patronato que não quer pagar o reajuste. Queremos que a luta seja vitoriosa. Como conseguiremos? Avançando neste método. Estas palavras estão no Boletim Nossa Classe que distribuímos agora. Leiam! Viva a luta dos trabalhadores!



Paraíba

A greve da construção civil Traição da direção da CUT É preciso organizar uma oposição classista

De segunda 16 de junho até a tarde do dia seguinte, foi assim a greve da construção civil em João Pessoa. Poucas horas após divulgarmos um manifesto de apoio do POR à greve, a burocracia cutista já enterrava o movimento de forma antidemocrática. Fizemos uma “reunião com sindicalistas e trabalhadores”, entenda-se reunião dos traidores e pelegos. Nenhuma assembleia, apenas postaram no Instagram do sindicato que “agora estava nas mãos da Justiça” e que a greve estava encerrada. Na quarta, todos os canteiros voltaram ao normal.

Já era tempo dos trabalhadores da construção civil e o sindicato que os representa reagirem à exploração com o método classista da greve. A disposição dos peões conseguiu pressionar pela aprovação da greve no dia 12. O prefeito Cícero Lucena (PP), reeleito no ano passado, tem sido capacho dos capitalistas que especulam e lucram com os negócios imobiliários na cidade. Já são várias as consequências para os explorados paraibanos: em fevereiro apareceram as denúncias de 59 pessoas trabalhando em condições análogas à escravidão em canteiros da capital e municípios vizinhos. Processos judiciais contra construções acima da altura máxima permitida na orla. Por todo canto, se vê restos de construção e obras, inclusive nos leitos de rios e em áreas verdes que formalmente são protegidas por lei. Os capitalistas lucram milhões, impulsionam a especulação e aumento do custo de vida, poluem a cidade com o lixo das obras e ultraexploram os trabalhadores.

A estimativa foi de adesão de 10 mil trabalhadores à greve, a direção do Sintricom-JP visitou canteiros e parou obras importantes, como algumas do rico bairro do Altiplano. A mobilização nos

canteiros foi um acerto e tinha o papel de parar todas as obras por tempo indeterminado, mas os vídeos da CUT eram só uma fachada de luta, sendo que os peões estavam dispostos a pressionar.

As reivindicações eram ultra restritas ao cumprimento do acordo e são as seguintes: reajuste salarial de 7,51%, melhorias no café da manhã fornecido aos trabalhadores e a inclusão de um pacote de fubá e uma lata de sardinha na cesta básica. Em 2026, uma rapadura. Assim, é negado aos trabalhadores o alimento mais básico para trabalhar durante horas, debaixo de sol, carregando peso, com riscos de acidentes constantes.

Para tornar a situação mais grave, os patrões estão pressionando para que se libere o trabalho nos fins de semana. A greve entrou seu segundo dia com boa mobilização e sem qualquer resposta dos patrões, logo a mobilização deveria crescer, radicalizar, rumo à total paralisação das obras, mas a direção petista da CUT deixa evidente sua traição e faz o contrário, joga a luta na mão da Justiça burguesa e faz os trabalhadores voltarem para o canteiro desmoralizados e sem nada.

Apesar da brevidade, o POR declarou seu total apoio à greve e defendeu sua radicalização, mobilização constante nos canteiros, greve ativa com piquetes e atos. Mais uma vez, vemos a lição dada pela crise de direção e como é urgente varrer a burocracia dos sindicatos. Conseguimos divulgar aos contatos o chamado de apoio, poucas horas antes do fim imposto pela CUT. Colocamos as bandeiras: Greve mantida e firme até que o reajuste seja pago! Que toda a pauta do acordo seja atendida! Que sirva à construção de uma mobilização constante, pois outros ataques virão!

Paraíba

Banca e panfletagem na UFPB É preciso mobilizar a juventude para que reaja aos ataques usando os métodos da luta de classes

A UFPB acaba de retornar do recesso, dando início ao calendário de 2025. Com isso, a CPE-POR volta a federal com sua banca de materiais políticos, na busca por dar consistência ao trabalho junto aos universitários paraibanos.

Além da banca, foram distribuídos boletins: Corrente Proletária, sobre os cortes na educação federal, da segunda quinzena de maio; e o da Juventude em Luta, que falou sobre a guerra comercial de Trump e sobre o rechaço às escolas cívico-militares. Essa ação política dá continuidade ao impulso gerado pela atividade da Regional Nordeste em abril, quando com o apoio de nossos mili-

tantes de Pernambuco, realizamos pela primeira vez a montagem da banca na UFPB.

O balanço dessa atividade foi de que deve ser mantida com disciplina, embora os estudantes e funcionários locais ainda se encontrem à mercê da política burguesa e pouco receptivos às ideias revolucionárias. O campus parece que não tinha essa tradição, ao menos no último período. Somente com a disciplina da militância da Corrente Proletária será possível aproximar uma vanguarda dos materiais do POR que são expostos na banca.

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

São Paulo – ABC

Encontro da Corrente Proletária da Educação (CPE) debateu a concepção de autonomia universitária

O Encontro da CPE-FASUBRA, realizado em 18 de junho, debateu a concepção proletária de autonomia universitária a partir do estudo coletivo do texto “A Assembleia Popular e a Universidade”, documento histórico de 1971. Durante a discussão, destacou-se a relação entre a universidade e a sociedade dividida em classes sociais, e a essência da autonomia universitária quanto a independência da universidade frente ao Estado controlado pela burguesia, classe reacionária que deforma a ciência.

Enquanto superestrutura, a universidade não modifica a estrutura da sociedade. A luta pela autonomia universitária se converte em luta pela transformação da universidade em trincheira da luta de classes, por meio dos embates entre as forças políticas que expressam a classe operária e as do capital, para arrastar atrás de si a pequena-burguesia, setor que não possui independência e estratégia histórica de poder.

O anseio da comunidade universitária e, em particular, das

massas estudantis pela autonomia e democracia universitárias, que são indissociáveis, em geral, vai ao encontro da luta da classe operária pelo fim do capitalismo, dando lugar à constituição da aliança operário-estudantil. A autonomia universitária é progressiva à medida que serve à revolução proletária, mas em nenhum caso divorciada do movimento operário.

Na Bolívia, mesmo reconhecendo que a universidade nova (operária) será produto de uma nova sociedade (comunista), a Assembleia Popular formulou uma proposta de Universidade Única, como parte do programa de transição do capitalismo para o comunismo, cujas ideias podem ser parcialmente verificadas na Universidad Nacional Siglo XX (UNXXX). Ao final do encontro, foi decidido que o próximo será em 22 de julho, às 18h, após a Plenária Virtual da FASUBRA e o 60º ConUNE. Momento em que realizaremos ações a fim de aproximar a juventude universitária do programa da CPE.

Rio Grande do Sul - Porto Alegre

Boletim da CPE-UFRGS alerta os estudantes sobre as eleições burocráticas de delegados para o Conune e defende a autonomia universitária

O boletim da CPE de junho, distribuído na UFRGS colocou em discussão questões candentes do movimento estudantil, como a crise na educação, a implementação do EAD, a privatização do ensino, os cortes orçamentários e a apatia do movimento após o período de pandemia, consequência da política burguesa do isolamento social empregado pelas direções à frente dos aparatos estudantis, populares e sindicais. Também expôs o programa proletário para a universidade, que só pode ser a luta pelo fim do reitorado e constituição de um governo tripartite composto por professores, estudantes e servidores técnico-administrativos, eleito na assembleia universitária, única forma de administração da universidade que garante a autonomia universitária e controle das instituições por quem estuda e trabalha nelas.

Além disso, o Boletim abordou o congresso da UNE que vai se realizar no próximo mês e denunciou a política governista da direção e da “oposição”, seus métodos burocráticos de construir o congresso e chamou os estudantes a conhecerem a Tese do POR para o CONUNE, que sintetiza a posição revolucionária diante da conjuntura política e das tarefas do movimento estudantil, defendendo que a UNE eleja uma direção classista e revolucionária capaz

de organizar a resistência aos ataques do governo burguês de Lula e de projetar o movimento estudantil para a luta revolucionária.

O movimento estudantil não tem respondido às tarefas urgentes que a situação política internacional e nacional colocam para os explorados. Na UFRGS e demais universidades do estado, assim como nas escolas, esse atraso está escancarado tendo sido assunto até mesmo da imprensa burguesa que destacou mais de uma vez esse ano a falta de interesse dos estudantes em geral no movimento político e na militância. Há universidades que nem sequer tem DCE e os diretórios acadêmicos e grêmios estudantis desapareceram ou exercem um papel exclusivamente acadêmico. Isso faz parte da política de contenção das revoltas estudantis por parte das direções das entidades que atuam para garantir a governabilidade de Lula.

Desde as ocupações das escolas e das universidades em 2015 e 2016, as direções têm trabalhado para domesticar o movimento estudantil e apagá-lo das lutas políticas, reduzindo e subordinando a vida política dos estudantes às pautas identitárias e à polarização política da burguesia. Dessa situação emerge a necessidade urgente de reorganizar o movimento estudantil sob a perspectiva do programa da classe operária, encarnado pelo POR.



Rio Grande do Sul enfrenta novamente enchentes, já contabilizando mortes e destruição de bairros e cidades

No dia 17 de Junho, começaram as fortes chuvas no estado que, segundo previsões e alertas da defesa civil, devem se estender por dez dias consecutivos. Logo no primeiro dia, já nos deparamos com as mesmas cenas de horror do ano passado: carros sendo arrastados, casas completamente submersas, pessoas desaparecidas e mortas, animais em desespero, a população saindo às ruas tentando salvar seus pertences e ajudar seus vizinhos, além de buscar a resolução dos problemas de bombas e escoamento com as próprias mãos.

O poder público se mostrou paralisado, sem iniciativa diante de uma nova catástrofe anunciada, após um ano de continuidade das políticas de destruição ambiental, de fortalecimento da especulação imobiliária e de privatização dos serviços públicos. A esquerda se limitou a fazer oposição eleitoral. Agora anunciam “eu avisei” para



aqueles que reelegeram os prefeitos ou não votaram nos seus candidatos, que não são capazes de apresentar nenhum plano de lutas e nenhuma organização das massas que sofrem com as consequências da decomposição capitalista, que nos arrasta para as guerras e para a hecatombe climática.

O POR reafirma a campanha realizada em meio às enchentes do ano passado: *é preciso um plano de emergência sob o controle da classe operária! Sem a organização dos trabalhadores, não é possível impor ao governo um plano de defesa da economia e de suas vidas! As centrais, sindicatos e movimentos camponeses e popular devem tomar em suas mãos as medidas de proteção aos pobres e miseráveis. Somente*

com uma política de independência de classe se combaterá as manobras governamentais que servem sobretudo aos capitalistas.

Minas Gerais

Governo Lula/Alckmin e Zema unidos no ataque à Educação

No dia 30 de abril, o presidente Lula e os ministros Fernando Haddad e Simone Tebet assinaram o Decreto Nº 12.448/2025, que bloqueia parte dos recursos destinados às universidades. O Decreto prevê que, até novembro, as instituições federais de ensino superior só poderão empenhar despesas primárias discricionárias até o limite de 61% do orçamento que recebem. Os repasses serão de apenas 1/18 do orçamento total a cada mês, com a promessa de que o restante será liberado em dezembro. O contingenciamento ou bloqueio de 39% do orçamento atinge em cheio o funcionamento já cambaleante das universidades e IFs.

Há anos, a educação pública sofre com contingenciamento e mesmo com cortes em seus orçamentos, promovidos pelos vários governos burgueses. Com mais este ataque às universidades federais e IFs, as condições de permanência dos estudantes, que já eram ruins, ficarão piores. Muitos dependem da assistência estudantil para permanecer na universidade, que garante transporte, moradia e alimentação. Sem essa estrutura de apoio, o número da evasão vai aumentar exponencialmente, afetando principalmente aqueles que vêm das favelas e bairros operários.

Seguindo esse mesmo roteiro o governador Zema (Partido NOVO), tentando se credenciar como candidato a presidente da República continua atacando a educação. Agora, quer se aproveitar da renegociação da dívida com a União para promover um verdadeiro saldão do patrimônio público. O governo pretende vender 343 imóveis do Estado e, o pior, com descontos de até 45%. Entre os bens listados estão escolas, hospitais como o Risoleta Neves, prédios de universidades e do IPSEMG (Instituto de Previdência),

o Palácio das Artes e a Fundação Caio Martins. São imóveis que, além do valor financeiro, cumprem papel essencial na oferta de serviços públicos à população.

O governador Romeu Zema sempre defendeu a adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Este é um programa que, na prática, congelava salários, proibia concursos públicos e atacava direitos dos servidores, além de amarrar o Estado a regras rígidas por décadas. Em contraste, o governo federal tem proposto alternativas ao RRF, como o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

Essa proposta federal, que difere de um decreto de programação orçamentária como o Decreto Nº 12.448/2025 (que se refere à gestão das despesas do próprio governo federal), é vista por alguns como menos “radical” do ponto de vista de gestão fiscal direta para o estado. No entanto, do ponto de vista burguês e liberal defendido por Zema, e de uma análise mais crítica, tanto o RRF quanto propostas como o Propag representam, em essência, embora com diferenças de grau, os interesses do capital financeiro. Com o Propag, por exemplo, há a possibilidade de amortização do saldo devedor mediante o repasse à União de ativos como imóveis, participações societárias em empresas estatais e direitos creditórios. Isso abre a porta para a venda, privatização e até mesmo o fechamento desses serviços públicos. Além da venda, o programa pode autorizar que esses imóveis sejam colocados em fundos financeiros, o que é ainda mais grave, pois perderiam qualquer função social para servir à especulação imobiliária.

O governo Zema, ao propor a entrega do patrimônio público de Minas Gerais, segue uma cartilha liberal a serviço do capital. Essa tentativa de entregar o patrimônio público dos mineiros, que inclui várias escolas e universidades, reflete o desmonte da educação e é mais um ataque do governador ao sistema educacional no estado. A proposta envolve, por exemplo, a entrega de bens imóveis da UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais), avaliados em R\$ 500 milhões, como parte dos ativos que o estado pretende transferir à União para abater a dívida. Além disso, o governo estadual sugere a federalização da universidade, transferindo sua gestão para o governo federal. O vice-governador, Mateus Simões, argumenta que essa medida evitaria o fechamento da instituição e integraria os professores efetivos à carreira federal. Contudo, embora haja dúvidas sobre a viabi-

lidade jurídica dessa “migração” dos efetivos devido ao princípio do concurso público, o certo é que a tendência é de demissão em massa dos contratados, que seriam os mais vulneráveis nesse processo de transição.

Houve várias manifestações em todo o estado de MG contra essas medidas do governo Zema. Caso aprovadas, as propostas de lei serão um duro golpe à educação. É preciso que os trabalhadores se organizem em cada unidade da UEMG e que envolvam outras categorias de trabalhadores e demais sindicatos da classe operária, para juntos resistirem aos ataques do governo do Partido NOVO. Além das reivindicações comuns, é preciso erguer um movimento massivo e unitário, com os métodos próprios da classe operária (greves, piquetes, ocupações etc.), para resistir a esses ataques, que só servem ao capital.

Plenária da FASUBRA protela retomada da Greve Nacional dos Técnico-Administrativos em Educação

Realizada em Brasília, entre os dias 13 e 15 de junho, a Plenária Nacional da FASUBRA-Sindical. Reuniu 169 delegados sindicais que discutiram a conjuntura e aprovaram um plano de lutas para o próximo período. A Plenária ocorreu após a instalação do GT Reforma Administrativa na Câmara dos Deputados e após o vencimento do prazo estendido para estudos e encaminhamentos relativos ao Termo de Acordo (TAG) que encerrou a Greve Nacional dos Técnico-Administrativos em Educação de 2024. Assim, a discussão girou em torno da resposta da categoria especialmente a esses dois ataques.

Apesar da previsão de discussão, diversos sindicatos não pautaram o indicativo de greve nacional em suas assembleias. Como não era de seu interesse, a direção da federação não apresentou um quadro referente a isso, nem considerou um momento de informes das bases na programação da plenária. Entretanto, até onde temos conhecimento, todas as assembleias de base que pautaram, aprovaram o indicativo de greve, sendo que algumas delas, como SinTUFABC e SINTEST/RN, já vinham defendendo o indicativo de greve desde plenárias anteriores, expressando a disposição de luta no interior da categoria.

Durante a plenária, os delegados se posicionaram a favor ou contra o indicativo de greve. Os defensores do indicativo de greve argumentaram a favor da sua aprovação, considerando os ataques em curso, a disposição de luta nas bases, o prazo do PLOA de 2026, que deve incluir itens pendentes do TAG dos TAEs, como o RSC, o fato da FASUBRA ser ponta de lança das greves do funcionalismo público federal, e o compromisso com a preparação da greve nacional com base em uma data.

Os defensores da manutenção do estado de greve (Campo Cutista, Travessia, TnL), por sua vez, argumentaram, sobretudo, que a categoria ainda não está mobilizada para entrar em greve. A CTB/PCdoB se colocou explicitamente contra um movimento grevista, afirmando que os TAGs sempre são descumpridos, que uma greve colocaria em xeque os itens pendentes do TAG e que não há tempo para organizar a greve contra a contrarreforma administrativa. Para os burocratas, deve-se “intensificar a luta” sem greve. Ao

contrário da greve, impulsionam o Plebiscito Popular, organizado pelas organizações de massas.

Infelizmente, nem mesmo a Unidade pra Lutar, força política que reúne os agrupamentos mais combativos da federação, teve consenso em relação à defesa do indicativo de greve, demonstrando a sua fragilidade enquanto oposição. O Combate/CST, por exemplo, colocou-se contra o indicativo, condicionando-o à unidade com o conjunto do funcionalismo. Na prática, essa posição convergiu com a política da burocracia governista que protela a retomada da greve contando com o esfriamento da revolta da categoria.

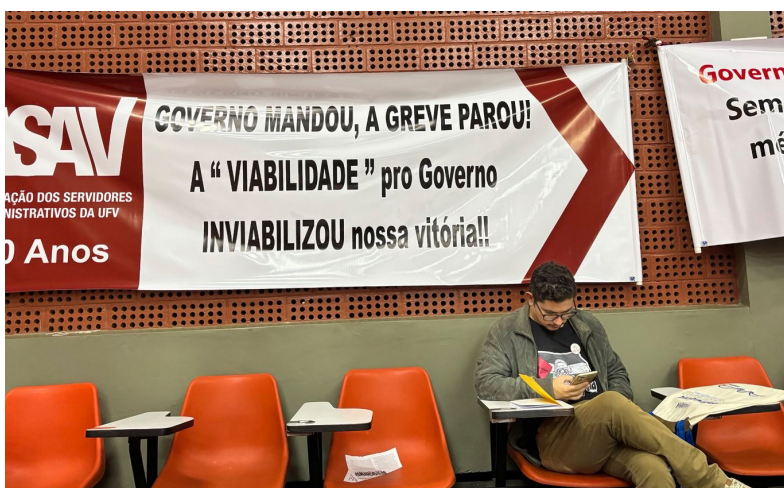
Em pronunciamento no momento da análise de conjuntura, a Corrente Proletária destacou o caráter mundial da crise capitalista e a política das direções, de desviar a resistência das massas para ações inócuas, citando o boicote à deliberação da Plenária de Mar-

ço de chamar à unidade das categorias que estão reagindo aos ataques do governo, a bandeira de “aprovação da LOA” em contraposição ao “cumprimento integral do TAG”, e o Plebiscito Popular pela isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5.000, quando a luta deveria ser para que não haja cobrança de imposto de renda sobre os salários e não por uma pauta do governo, colocando a necessidade de construir um programa próprio, e das centrais sindicais convocarem um Dia Nacio-

nal de Lutas, com paralisações e bloqueios. Além disso, realizamos banca de publicações, elaboramos um boletim e enviamos as seguintes propostas:

1) Que a FASUBRA defenda, junto ao FONASEFE, um indicativo de greve nacional do funcionalismo público federal pelo cumprimento integral dos acordos de greve e contra a reforma administrativa com data inicial em 23 de junho de 2025, conforme aprovado por unanimidade na Assembleia do SinTUFABC;

2) Que a FASUBRA oriente os sindicatos filiados a realizarem assembleias presenciais a fim de fortalecer a presença coletiva, em preparação para uma greve ativa, baseada na ação direta coletiva, com assembleias presenciais massivas, manifestações de rua, ocupações, bloqueios de rodovias e outras ações físicas coletivas imprescindíveis para obrigar o poder econômico a atender as reivindicações do movimento;



3) Que, até 25/06, a DN da FASUBRA envie um chamado às entidades sindicais do funcionalismo público (FONASEFE, Confesf, Confetam, CNTE), às centrais sindicais brasileiras (CUT, CTB, CSP, APublica), entidades estudantis (como UNE, UBES e FENET) e movimentos populares (como MST, MTST), para que seja convocado um Dia Nacional de Luta, com paralisações, bloqueios de rua e manifestações nos estados, contra a reforma administrativa e em defesa dos empregos, salários e direitos, no mês de julho de 2025;

4) Que os sindicatos filiados à FASUBRA organizem comitês de mobilização e plenárias unificadas em defesa dos serviços públicos.

A proposta 3 não foi submetida à apreciação do plenário pela direção, que também manobrou em relação à proposta 1, dando a entender que já estava aprovada para o dia 26, dia em que ocorrerá um Dia de Luta da Educação Federal. As propostas 2 e 4 foram aprovadas com modificações. Vale destacar que, após a defesa da CPE, a orientação para que as entidades de base “Realizem assembleias presenciais contra a reforma administrativa, respeitando a autonomia dos sindicatos” foi aprovada com apenas 4 votos contrários, ambos do coletivo TAEs na Luta.

O momento de encaminhamentos foi bastante confuso, come-

çando pela tentativa de aprovar o texto de conjuntura antes de votar as propostas de resolução e, particularmente, o indicativo de greve. Chegou-se a instalar um conflito no plenário durante a colocação de uma dirigente ligada ao Pensamento Sindical Livre, que afirmou que a mesa não apresentou o texto de conjuntura enviado pelo coletivo. Já no final da Plenária, a direção da federação apresentou mais três pontos para votação, sob a justificativa de que não entraram no texto da análise de conjuntura devido a um problema com um aplicativo de inteligência artificial. Um dos pontos era a autorização para a federação continuar discutindo itens do TAG com o MEC, deixando implícita uma nova prorrogação do prazo previsto no TAG, desta vez por tempo indeterminado. Assim como a proposta de manutenção do estado de greve e discussão do indicativo de greve somente na próxima plenária presencial em agosto, a proposta foi aprovada pela ampla maioria dos delegados.

Está posta a necessidade de impulsionar o plano de lutas nas bases, a fim de fortalecer a mobilização da categoria em unidade com o funcionalismo, estudantes e demais explorados a fim de preparar a greve de resistência nacional contra a reforma administrativa, contra os cortes e demais ataques à maioria oprimida.

Participação da Corrente Proletária no Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora da FASUBRA-Sindical

Nos dias 6 e 7 de junho, em Brasília, ocorreu o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora da FASUBRA-Sindical, com a participação de 126 delegadas mulheres técnico-administrativas em educação de 26 sindicatos filiados. A Corrente Proletária na Educação (CPE) esteve presente com uma delegação ativa, levando ao encontro um boletim com análise política e um programa de reivindicações classista, fruto de um intenso processo de elaboração coletiva entre nossas companheiras e companheiros.

O Encontro aconteceu em um contexto de agravamento da crise econômica e de avanço das políticas de ajuste fiscal, privatizações e contrarreformas. O Arcabouço Fiscal, a Reforma Administrativa e os ataques permanentes ao serviço público atingem com brutalidade as mulheres exploradas, aprofundando a superexploração e a violência.

Desde o início, a CPE defendeu que qualquer debate sério sobre a condição das mulheres trabalhadoras nas Instituições Federais de Ensino só pode partir da denúncia dessas ofensivas e da necessidade de construção de um programa de luta que unifique a maioria oprimida.

Lamentavelmente, o formato adotado pela Coordenação de Mulheres da FASUBRA demonstrou os limites de uma concepção burocrática e domesticada de sindicalismo. O número reduzido de inscrições para fala após as exposições (limitadas a apenas 10 por cada mesa expositiva) restringiu a participação democrática da base. Além disso, houve uma tentativa vergonhosa de suprimir o momento final de debate geral e de apresentação de propostas, que só não foi consumada pela resistência de diversas representantes de base que exigiram o cumprimento da programação.

O controle do microfone e a tentativa de esvaziar o espaço de deliberação política demonstram o medo da direção em relação ao surgimento de propostas que escapassem do consenso institucional vinculado à política de colaboração de classes. Além disso, a direção tentava visivelmente evitar denúncias e exposições sobre sindicatos burocratizados e antidemocráticos, que impediram a participação de filiais de suas bases no evento, como foi o caso do SINTEST-RN, onde a direção conseguiu aprovar em assembleia não enviar representante ao encontro, e, contrariando a decisão da assembleia, enviou duas dirigentes da coordenação de mulheres, vetando a participação das companheiras da base.

Os debates sobre o temário – economia social do cuidado, violência de gênero nos espaços de poder e a Convenção 190 da OIT, sobre o assédio moral no trabalho – ficaram restritos a diagnósticos já conhecidos. Faltaram propostas concretas, metas organizativas e um plano de luta articulado com a realidade das mulheres nos locais de trabalho, bem como com a luta das massas. A ausência de uma abordagem classista, que ligasse a luta das mulheres à luta contra o capitalismo e suas instituições, foi evidente. A crítica ao papel do próprio Estado burguês nas violências sofridas pelas mulheres praticamente não apareceu nas falas das expositoras convidadas. Entretanto, as diversas denúncias de assédio por parte de chefes mulheres, ajudaram a revelar o caráter de classe da opressão à mulher.

A CPE realizou a distribuição do Boletim CPE-FASUBRA, com as notas “Por um programa de reivindicações que unifique a maioria oprimida”, “As contrarreformas atingem brutalmente as mulheres”, “Pela efetivação das trabalhadoras terceirizadas”, “A opressão cotidiana nas instituições de ensino”, “Mulheres na luta sindical: fortalecer a organização de base, combativa e independente”, “Resposta proletária à “economia do cuidado”, “Pelo fim das guerras de dominação!”, “Nossa homenagem à camarada Agar Peñaranda” e apresentou 18 propostas de enfrentamento real à situação das mulheres trabalhadoras, incluindo: a defesa da efetivação das trabalhadoras terceirizadas, a luta pelo salário mínimo vital, a exigência de socialização do trabalho doméstico, por meio da sua estatização, o combate ao assédio moral e sexual com organização sindical de base, a denúncia do PGD como instrumento de individualização e aprofundamento da precarização. Também realizamos vendagem do folheto “A mulher no processo revolucionário”.

Além disso, nossas companheiras realizaram falas durante o momento de debate, apesar das manobras para limitar as intervenções da base. A CPE interveio, mencionando que o Encontro ocorria às vésperas de uma importante Plenária Nacional, que poderia deliberar um indicativo de greve nacional, em função do descumprimento do Termo de Acordo de Greve de 2024 por parte do governo; lembramos que há um ano, muitas das companheiras ali presentes estavam reunidas juntamente com outros companheiros das bases no Comando Nacional de Greve, onde se discutia a necessidade de revogação do Arcabouço Fiscal. Pontuamos que o Arcabouço Fiscal ataca a vida e os direitos das mulheres no Brasil e em outras partes do mundo, como por exemplo, as mulheres vitimadas pelas guerras

de dominação, ao passo que o governo decide arcar com o pagamento da dívida pública, cujo custo é a precarização dos direitos sociais da maioria oprimida no Brasil, colabora também com o financiamento das guerras, já que os credores da dívida são as mesmas potências que investem e lucram com a guerra.

A participação da CPE neste Encontro reafirma nossa disposição de seguir construindo um sindicalismo combativo, en-

raizado na base e orientado pela luta de classes. Sabemos que a emancipação das mulheres só virá junto com a emancipação de todos os explorados, através da luta revolucionária contra o capitalismo. Seguiremos nas universidades, nos sindicatos e nas ruas combatendo as direções burocráticas e defendendo um programa de enfrentamento real à exploração e à toda forma de opressão..

PSTU

29 anos do Jornal Opinião Socialista

Algumas considerações sobre a comemoração

O nº 694, de 5 de junho, do porta-voz do PSTU estampa o artigo “29 anos de uma imprensa operária, de esquerda, socialista e revolucionária!”. De fato, essa organização, que segue a linha do argentino já falecido Nahuel Moreno, em janeiro de 1987, surgida em 1974, sob o nome de Liga Operária, é uma das correntes mais importantes das esquerdas no Brasil. Reivindica-se como seção da LIT-QI. De forma que os morenistas se reivindicam do trotskismo, constituindo-se em uma das frações que emergiram do processo de dissolução da Quarta Internacional entre meados de 1950 e da década de 1960.

A exceção desse estilhecimento se encontra no Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR), fundado em 1935 e que acaba de completar 90 anos em junho de 2025. Reconhecemos como exceção porque o POR, que teve como dirigente principal Guillermo Lora, falecido em 2009, não surgiu da crise provocada pelo revisionismo de Michel Pablo e da desintegração da IV Internacional. A propósito, o POR boliviano é responsável pela constituição do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), do qual o POR do Brasil é uma de suas seções. No dia 1º de junho, realizamos um ato do CERQUI, em São Paulo, em reconhecimento aos 90 anos do POR boliviano. No Jornal Massas nº 741, publicamos os pronunciamentos.

Essa localização é importante para as observações críticas que logo em seguida faremos ao artigo “29 anos de uma imprensa operária, de esquerda, socialista e revolucionária!”.

O PSTU seguindo a tradição morenista é um adversário do POR do Brasil pelo seu vínculo programático com o POR da Bolívia. Inclusive, no ato dos 90 anos, o camarada Ramon Basko, da seção Argentina, dedicou a sua exposição para demonstrar o quanto o POR boliviano foi e é atacado incorreta e injustamente como se fosse uma organização “nacional-trotskista”, ou seja, revisionista do internacionalismo. Ramon se refere a constante luta do POR boliviano “com todas as correntes” que recorrem “aos preconceitos, às mentiras e às falsificações sobre a história do POR boliviano”. Relata que, na Argentina, “Nahuel Moreno semeou muitos preconceitos”. Referiu-se às acusações que passam de pai para filho, de vizinho a vizinho, de que “o POR traiu a Revolução de 1952, e que depois fez frente com a burguesia em 1971”. O camarada Ramon se apoiou no livro “A Internacional, uma luta permanente contra o sectarismo e o oportunismo”, escrito por Alicia Sagra, que milita na corrente morenista argentina. Analisa seus principais ataques ao POR e conclui que se tais “críticas” fossem corretas, o POR da Bolívia não teria percorrido 90 anos de existência e se mantido como a única corrente marxista-leninista-trotskista vinculada ao proletariado e à maioria oprimida bolivianos.

Ao lermos o artigo sobre os 29 anos do Jornal Opinião Socialis-

ta, vimos a necessidade de fazer algumas breves ponderações. A Liga Comunista que há 51 anos deu origem ao que hoje é o PSTU teve a virtude de conquistar posições no sindicalismo, que lhe permitiram estabelecer raízes em algumas fábricas e sindicatos operários, a exemplo do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos. Foi capaz de arregimentar uma parcela de sindicatos para cindir a CUT e constituir a CSP-Conlutas. Esse é um feito que tem possibilitado ao PSTU se destacar como uma das principais correntes do campo das esquerdas que se reivindicam do socialismo. Se tivesse percorrido esse caminho desenvolvendo o programa da revolução proletária, sem dúvida, teria seguido historicamente as etapas de construção do POR boliviano, que se vinculou ao proletariado mineiro e o levou a dar origem às Teses de Pulacayo, aprovadas no Congresso da Federação dos Trabalhadores Mineiros, em 1946.

No sentido contrário, o PSTU resultou de algumas passagens que foram da Liga Comunista à sua transformação em Convergência Socialista e chegou, finalmente, ao PSTU. É preciso assinalar que houve um momento que se denominou “Alicerce da Juventude Socialista”, dissolvendo a Convergência Socialista, devido a sua importante influência no movimento da juventude.

Observa-se duas características essenciais da organização morenista: 1) constituição como tendência sindical de esquerda; 2) fusão de posições que se formavam nesse processo e que se reivindicavam do socialismo. É sintomático o fato de que, quando o movimento da juventude refluíu, e se ergueu o movimento sindical operário, o Alicerce é dissolvido no 8º Congresso de abril de 1984, retomando-se à sigla Convergência Socialista. Esse episódio não aparece no artigo dos 29 anos. É relevante porque o Jornal Alicerce se tornou o porta-voz da ex-Convergência Socialista, cujo jornal ostentava esse nome.

Um subtítulo do artigo qualifica o Jornal Opinião Socialista como “Um jornal leninista”. Isso porque, nas palavras do redator, “o jornal enquanto órgão central para o partido, que tenha tanto a função de um ‘organizador coletivo’, como de um ‘propagandista’ e ‘agitador político’”. E que está “submetido a uma estratégia: a construção de um partido revolucionário e a revolução socialista”. Essa premissa, considerada em geral, tem a aparência da natureza leninista do jornal. O problema está em que o PSTU não se constituiu sobre a base de um programa que estabelece e desenvolve o programa da revolução proletária e da estratégia da ditadura do proletariado.

Em palavras aqui e ali, os morenistas chegam a fazer referências, mas não se apoiam programaticamente nesses fundamentos. Não por acaso, a redação do artigo sobre os 29 anos não faz sequer uma referência formal ao caráter proletário da “revolução socialista” e à estratégia da ditadura do proletariado. Crítica corretamente

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



as correntes que “até pouco tempo atrás, reivindicavam uma estratégia socialista, simplesmente, abandonaram seus periódicos”. Não cita nomes, o que fragiliza a crítica. Um caso escandaloso foi o do MRT, que também é uma corrente derivada do morenismo e que pretende dele se distanciar. Diz que tais correntes recorreram à “estratégia meramente eleitoral”. Provavelmente, essa menção se refere à corrente Resistência, que nasceu de uma cisão do PSTU e que se tornou um membro do partido pequeno-burguês eleitoreiro, o PSOL. Mais uma vez, pontuamos que as críticas indiretas não ajudam a compreender o que está em questão.

O artigo dos 29 anos critica “a estratégia meramente eleitoral”, mas não faz um balanço mínimo de seu apoio eleitoral para eleger o governo Lula, inclusive no segundo turno das últimas eleições. Também omite a sua participação na frente de esquerda eleitoral que tinha como candidata à presidência da República a oportunista Heloisa Helena, que no momento era do PSOL e depois do fracasso eleitoral debandou para o partido Rede Sustentabilidade, fundado pela carreirista Marina Silva.

Sem dúvida, é importante o nome do Jornal. O da Liga Comunista se chamava “Independência Operária”. A sua substituição pelo Jornal “Versus”, elogiado como “lendário” pelo redator,

expôs uma orientação democratizante, adaptada às condições políticas do final da ditadura militar. Retirou-se do nome dois conceitos fundamentais, o da independência e a do caráter de classe operário. O “Versus” foi substituído por “Convergência Socialista”. A noção de convergência seguia a orientação morenista de constituir um partido amplo, que reunisse “socialistas” de diversas orientações. Com a fundação do PSTU em 1994, adotou-se o nome “Jornal do PSTU”. Expressa, assim, o caráter partidário do jornal.

Mais uma vez, os morenistas fogem das definições precisas que devem ter um jornal de fato leninista. Subtrai o nome do partido, substituindo pelo conceito genérico de “Opinião”, acrescido de “Socialista”. Essas mudanças de nome – Independência Operária, Versus, Alicerce, Convergência Socialista, Jornal do PSTU e Opinião Socialista – refletem as ambiguidades de uma corrente centrista, que borra as definições programáticas precisas da linhagem histórica do marxismo-leninismo-trotskismo.

E, finalmente, “Opinião Socialista” que passou a representar a noção de Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Nesse momento, a Convergência Socialista se reconhece como partido, resultante da fusão de várias tendências socialistas.

Nesta edição:

Palestina - Manifesto: Israel incita a guerra no Oriente Médio!; Balanços das Intervenções do POR nos atos contra o genocídio palestino (São Paulo, Recife, Fortaleza, Natal, Rio de Janeiro); Nota: Netanyahu se alia ao Daesh para atacar a resistência palestina;

90 anos do POR Boliviano - A origem trotskista do POR; Principais etapas da construção do POR; O vínculo histórico entre a Revolução de 1952 e a constituição da Assembleia Popular de 1971; Crítica programática à experiência foquista na Bolívia e América Latina; A experiência parlamentar do Bloco Mineiro; O POR boliviano e a restauração capitalista;

Argentina: As lutas crescem a partir do zero, apesar da burocracia que se recusa a generalizá-las;

33 anos da dissolução da URSS.

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Palestina:

Aconteceu a maior marcha já realizada no país em apoio à Palestina

Trata-se de dar continuidade ao movimento, convocando um Dia Nacional de Luta para impor ao governo o rompimento de relações com o Estado sionista

Aconteceu em SP, no dia 15, a maior manifestação do Brasil em apoio à Palestina. Foram mais de 30 mil pessoas nas ruas denunciando o genocídio perpetrado pelo Estado sionista de Israel com o apoio dos EUA. A manifestação fez parte de um chamado global em um momento de aprofundamento da crise no Oriente Médio, quando Israel decidiu avançar em sua ofensiva sobre o Irã. A grandeza dessa manifestação deve ser atribuída, além do aprofundamento da crise, da mudança de posição das direções sindicais e populares, que deixaram, ao menos momentaneamente, sua política de apoio passivo, geralmente virtual, e convocaram suas bases para compor as manifestações por todo o país, especialmente em São Paulo.

A concentração do ato aconteceu na Praça Roosevelt, na região central. Neste momento, a Praça ficou tomada por manifestan-

tes com suas bandeiras, cartazes e palavras de ordem em apoio à Palestina. O POR montou sua banca de materiais, distribuiu seu manifesto e apresentou o jornal Massas aos presentes. Em seguida, a marcha subiu pela rua Consolação e desceu no sentido do Pacaembu.

Este último trecho, avaliamos, não foi bem escolhido, pois caminhou por um bairro apinhado de mansões vazias, onde o impacto da manifestação (ainda mais num domingo) foi reduzido. O enorme número de organizações presentes fez com que as intervenções no carro de som fossem muito diversas. Prevaleceu o ecletismo, ainda que no essencial todos estavam por denunciar o genocídio e pedir o fim da matança.

As divergências estiveram principalmente na defesa dos dois Estados, como solução para o conflito na região, em oposição às

posições que estavam pelo fim do Estado sionista como única saída progressiva para o conflito. Dentre esses, faltaram as táticas necessárias, bem como a solução estratégica da revolução social, que implica a luta pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, como caminho para superar a crise direção.

O POR fez sua intervenção no carro de som no final do ato (transcrição abaixo), a prática das direções de deixar as intervenções dos partidos para o final, quando o ato está mais esvaziado, deve ser denunciada como uma forma de limitar as ideias revolucionárias, como as do POR, no interior do movimento. Prevaleram as inúmeras intervenções dizendo as mesmas coisas. Essencialmente, repetindo o pedido a Lula de romper as relações com Israel.

O essencial é que a manifestação marcou uma virada no movimento de apoio à Palestina desde o Brasil. Trata-se, agora, de dar continuidade à luta, organizando os trabalhadores nos sindicatos e nos movimentos sociais. Para isso, as direções têm a tarefa de convocar as assembleias e debater com os operários e demais trabalhadores as formas de luta que podem expressar o apoio concreto aos palestinos.

A responsabilidade maior é das centrais sindicais e dos sindicatos ligados aos setores que fornecem suprimentos para o genocídio sionista, como a FUP e FNP, ligadas ao envio de combustível para

os tanques e veículos israelenses e os sindicatos ligados aos setores que enviam outros materiais como aço.

Com essa linha, o POR se diferenciou e se diferencia das demais correntes que seguem há 20 meses com a mesma bandeira, rompimentos das relações, sem ter a capacidade de modificar sua tática de acordo com a transformação da realidade. Esses 20 meses de genocídio é mais que suficiente para demonstrar a hipocrisia do governo burguês de Lula, que denuncia o genocídio em palavras,

mas segue fornecendo suprimentos para os sionistas.

Trata-se então de falar a única língua que o trabalhador fala e os capitalistas entendem, a língua da ação direta coletiva das massas - as greves, os bloqueios e as manifestações massivas. Não se trata de pedir formalmente para que Lula rompa as relações, senão impor ao governo esses

rompimentos através da ampla mobilização dos trabalhadores solidários à luta dos palestinos. Essa tarefa, no entanto, exige que os trabalhadores pressionem suas direções para dar continuidade à luta. O primeiro passo é a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações, bloqueios e greves, que vincule às reivindicações da luta internacional, pelo fim do genocídio e contra as guerras de dominação, com as lutas nacionais pelas condições de vida da maioria oprimida.



Intervenção do POR no ato

Boa tarde. Nós do Partido Operário Revolucionário saudamos essa importante manifestação, que é reflexo do crescimento do movimento de resistência no mundo todo.

O que está acontecendo no Oriente Médio entrou em uma nova fase. Essa fase é caracterizada por conta da forma que Israel segue bombardeando, mas também usando a fome como seu instrumento de guerra. Essa nova fase é caracterizada também pela mudança de posição de alguns governos e organizações de mídia. Mas com certeza elas só mudaram de posição porque as massas na rua estão pressionando os governos.

Essa é a caracterização dessa etapa. Portanto, existe a resistência, que está crescendo cada vez mais. A marcha para Gaza é um exemplo. As manifestações, com milhares no Oriente Médio, com milhares na Europa, com milhares agora na América do Sul, são reflexos do crescimento do movimento internacional. Isso significa que as condições para uma frente única anti-imperialista estão colocadas. Basta que as direções políticas, que as direções sindicais e do movimento estudantil organizem a frente única anti-imperialista, para combater o sionismo e

a barbárie que ele coloca no Oriente Médio.

Por fim, no Brasil, o governo burguês de Lula não pode mais permanecer com o pé em cada canoa. Não adianta falar que é genocídio e não romper relações com Israel. Nós sempre falamos: não temos de pedir para Lula, temos de impor ao governo o rompimento das relações. E como podemos impor esse rompimento? É através da organização das greves, das manifestações, do movimento de massa, da paralisação dos portos e dos aeroportos.

Esse é o método da classe operária e é o método que nós temos de seguir, para impor ao governo burguês de Lula que rompa as relações.

Por fim, camaradas, nós defendemos uma República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Essa é a bandeira estratégica que deve nos guiar.

Nenhuma anexação da Palestina! Pela autodeterminação do povo palestino! Essas são as bandeiras que guiam as massas do mundo todo.

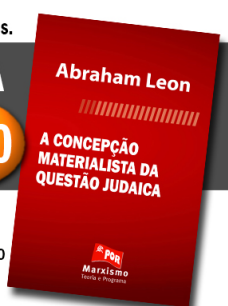
Obrigado camaradas.

LANÇAMENTO! Adquirá já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA
Abraham Leon

R\$ 30

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.



LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquirá já com o distribuidor do Jornal Massas.



Manifesto distribuído no ato

Israel incita a guerra no Oriente Médio!

Estados Unidos impulsionam as tendências bélicas no mundo todo!

Formar a frente única anti-imperialista para acabar com o genocídio palestino!

A crise na Palestina, marcada pelo genocídio executado por Israel desde 8 de outubro de 2023, se encontra em uma nova fase. A intensificação dos conflitos no Oriente Médio, a fome em Gaza, o retorno das grandes manifestações em diversos países e a mudança de posicionamento de parte da grande mídia e de alguns governos, pressionados por essas manifestações, caracterizam essa nova etapa. O que se mantém, no entanto, é a ausência da classe operária organizada e com seus métodos próprios de luta. As condições para a formação de uma frente única anti-imperialista estão dadas, mas é preciso que as direções políticas, sindicais, populares, rompam com a conciliação de classes e se coloquem no terreno próprio da luta de classes para conter Israel e acabar de vez com a carnificina em Gaza.

A situação mundial acompanha a barbárie na Palestina. A guerra na Ucrânia não encontra um desenlace, enquanto jovens ucranianos seguem sendo sequestrados nas ruas para servir de bucha de canhão na guerra. Guerras na África são secundarizadas pela mídia enquanto deixam um rastro de sangue. Nos EUA, um movimento insurrecional contra a política anti-imigração de Trump, reflète a amplitude da crise internacional. Mexicanos, porto-riquenhos e outros imigrantes latinos têm transformado as ruas de Los Angeles num verdadeiro campo de batalha. Em outras cidades, como Atlanta, o movimento tem crescido.

O governo Trump não modificou a essência da política de Biden para o Oriente Médio. Assim como seu antecessor, tem se mostrado um governo de crise. No Oriente Médio, Israel se coloca como um fator de guerra. O enclave do imperialismo na região rica em recursos naturais e importante rota comercial promoveu um dos maiores ataques ao Irã nos últimos tempos, matando dois generais e seis cientistas nucleares. O objetivo está claro, interromper o desenvolvimento do programa nuclear iraniano.

As massas iranianas foram às ruas para pedir retaliação contra essa declaração de guerra. A resposta foi rápida, mas inferior ao ataque sionista. Trump aproveitou o ataque para pressionar o Irã a um acordo nuclear. Como se vê, a mudança de governo nos EUA não significou uma mudança na essência de sua política. Trump segue impulsionando as tendências bélicas.

Esses e outros acontecimentos têm refletido, por um lado, até onde está indo a barbárie capitalista, e, por outro, a gravidade da crise de direção revolucionária das massas oprimidas. A ausência do Partido Mundial da Revolução Socialista, enraizado nos diferentes países, organizando os trabalhadores, unificando as lutas contra seu maior inimigo, a burguesia imperialista, tem sido o fator determinante para que a situação convulsiva mundial não se transforme em situação revolucionária.

Israel segue com seus planos de limpeza étnica, destruição da infraestrutura e anexação completa de Gaza. Recentemente, um grande bombardeio na Cidade de Gaza, a maior do território palestino, matou mais de 80 pessoas, além de deixar muitos feridos. O problema da fome foi o que ganhou maior destaque na mídia internacional. Isso porque o Estado sionista tem impedido sistematicamente a entrada de alimentos e outros suprimentos à Faixa

de Gaza. A chamada ajuda humanitária, controlada por Israel, tem servido de tática para novas matanças. Os postos de distribuição, que são colocados próximos às bases militares israelenses, reúnem milhares de palestinos famintos, que são alvejados pelos soldados sionistas. Essa semana, mais de 100 pessoas morreram dessa forma. Em Gaza, seja pela fome, seja pelos bombardeios, a morte está sempre à espreita.

A solidariedade internacional através das manifestações vem aumentando visivelmente. Em países do Oriente Médio e da Europa, principalmente, tem acontecido manifestações multitudinárias. A bandeira que unifica todos é apenas uma: Fim imediato do genocídio! Fim da ocupação israelense! A manifestação mais importante está apenas se formando, um enorme comboio com milhares de pessoas deixou a Argélia rumo a Gaza, outros grupos partiram da Tunísia, Marrocos e outros países. A ideia é formar uma grande marcha para Gaza a partir do Cairo, no Egito. Caravanas de diversos países, inclusive do Brasil, estão indo para a Marcha.

Israel souou o sinal de alerta. Ordenou que o Egito interrompa a Marcha e não permita que os manifestantes cheguem até a fronteira, o que está previsto para acontecer no dia 15. O Egito, como um bom serviçal, já começou a deter aqueles que chegam ao país para participar da manifestação. Outras manifestações têm ocorrido e servido para ampliar a denúncia sobre o Estado sionista, como no caso da Flotilha da Liberdade, um barco com ativista que rumava para Gaza, quando foi interceptado em águas internacionais pelas forças de Israel.

Em Israel também aconteceram manifestações exigindo a negociação para a libertação dos reféns. O Parlamento de Israel começou a analisar sua própria dissolução, com objetivo de convocar eleições antecipadas. As declarações e ações restritivas de diversos países em relação à Israel têm pressionado para uma solução. Entre os rompimentos mais importantes estão a Espanha e o Reino Unido, um aliado histórico do regime sionista. Certamente essas dissonâncias no campo do próprio imperialismo são fruto das mobilizações que se espalham pelo mundo. Netanyahu tem visto o chão diminuir sob seus pés. Mas o apoio político, financeiro e militar dos EUA garantem a continuidade das ações. Nenhum desses governos que protestaram contra a matança na Faixa de Gaza pode apontar o dedo aos Estados Unidos e ao governo de Trump.

Com o crescimento das mobilizações em favor da Palestina, ressurgem os ideólogos democratas com a receita vencida dos dois Estados, como solução para o conflito. A criação do Estado sionista na ONU, em 1948, contou com a farsa de que seria possível a convivência pacífica entre os dois Estados, o palestino e o israelense. As guerras entre Estados árabes e Israel em 1948, 1967 e 1973 demonstraram que esse caminho seria inviável. As anexações do território palestino deram um salto. Os acordos de Oslo, em 1993, manejados pelos EUA, no comando de Bill Clinton, com a conviência da OLP de Yasser Arafat, reacendeu a falsificação dos dois Estados. A resistência palestina ao avanço sionista e à conviência internacional levou às Intifadas em 1987 e 2005. Foi sobre essa base que aconteceram as ações militares do Hamas, em

7 de outubro. Israel, sob o comando da extrema-direita, aproveitou para agir no sentido da anexação completa da Faixa de Gaza e da Cisjordânia.

No Brasil, crescem as pressões sobre o governo Lula no sentido do rompimento das relações com o Estado sionista. Na sexta-feira (6) o Conselho Nacional de Direitos Humanos emitiu uma nota onde diz que o governo de Israel promove um genocídio na Faixa de Gaza, e pede que o governo brasileiro adote medidas para um cessar-fogo. Além disso, o Conselho emitiu um ofício ao Itamaraty solicitando que o governo rompa as relações diplomáticas com Israel e declare Netanyahu como persona non grata. O Conselho é ligado ao Ministério dos Direitos Humanos. Essas medidas colocam em xeque o verbalismo de Lula até o momento. O que indica hipocrisia do presidente para não se chocar com o apoio da maior parte da burguesia brasileira e do Congresso Nacional ao Estado sionista de Israel. Isso porque já fez diversas declarações caracterizando o que ocorre em Gaza como um genocídio ou até mesmo como holocausto, mas mantém todas as relações diplomáticas, comerciais e militares com o Estado que está praticando o genocídio. Pior, nos últimos meses o Brasil quadruplicou sua exportação de combustível para Israel, garantindo assim que os tanques, as escavadeiras e outros veículos usados no massacre do povo palestino possam circular. O Brasil envia 9% do petróleo bruto de Israel e, no setor energético, as exportações de aço servem de matéria-prima para empresas como Elbit Systems e IMI (Israel Military Industries), que produzem drones, tanques de guerra e munições lançadas contra civis em Gaza. Eis aí a convivência prática do governo Lula com o genocídio, ainda que diga o contrário.

Nesse exato momento de agravamento da crise no Oriente Médio, o deputado Eduardo Pazuelo, do ultradireitista PL, apresentou o projeto de lei 472/2025, que criminaliza o antisemitismo, confundindo-o com toda luta, protesto e crítica ao Estado sionista e à barbárie provocada na Faixa de Gaza. É dever do governo execrar imediatamente essa iniciativa e tomar medida concreta de rompimento total com o Estado sionista.

Com o crescimento do movimento internacional, a CUT e outras grandes entidades convocaram manifestações neste dia 15.



Mas para corrigir seu atraso precisam organizar a classe para atuar como força viva contra o genocídio. Os sindicatos, os movimentos populares e estudantis devem organizar as assembleias nos locais de estudo e trabalho e organizar a luta pelo fim das guerras de dominação e pelo fim do genocídio em Gaza. Diante dos ataques de Israel/Estados Unidos ao Irã, trata-se de organizar a resistência anti-imperialista. O Irã tem o direito de desenvolver seu programa de energia nuclear como todos os países que já se armaram com a bomba atômica, como é o caso do próprio Estado sionista de Israel.

A bandeira que deve guiar os trabalhadores nesse momento é a da convocação imediata de um Dia Nacional de Luta, com greves, paralisações e bloqueios, que vincule a luta contra as guerras de dominação e pelo fim do massacre em Gaza com as lutas nacionais, em defesa das condições de vida das massas.

A tarefa de colocar em marcha a luta no Brasil está de acordo com as tendências de luta no mundo todo. Cabe às massas romperem a camisa de força das direções que se apoiam na conciliação de classes e no governismo. A defesa da autodeterminação do povo palestino está colocada no campo da luta contra as tendências bélicas impulsionadas pelo imperialismo sob a chefia dos Estados Unidos. Estão

postas as condições para a constituição da frente única anti-imperialista contra o genocídio e pela libertação do povo palestino. A derrubada do Estado burguês-sionista por meio de uma revolução social é condição para essa libertação. As massas do Oriente Médio e do mundo todo devem rejeitar as falsas soluções dos democratas burgueses e pequeno-burgueses e dar curso à luta revolucionária, por uma República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

- ***Fim da intervenção do Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza!***
- ***Cessar imediatamente a matança dos palestinos!***
- ***Não à anexação do resto do território palestino e por sua autodeterminação!***
- ***Levantar um movimento de massas em defesa do Irã!***
- ***Fim da dominação dos Estados Unidos e aliados imperialistas sobre o Oriente Médio!.***

Pernambuco - Recife

Atos em defesa da Palestina marcados por desarticulação do comitê e esvaziamento

No dia 14, foi realizado um ato na capital pernambucana que se concentrou na praça do Derby e marchou até o consulado dos EUA. O Comitê tem enfrentado há tempos dificuldades organizativas, com o boicote das grandes organizações representativas de estudantes (UNE, UEP), CUT, CTB, sindicatos e movimentos sociais e a desagregação interna. A convocatória desse ato exemplificou bem a situação.

Enquanto nós do POR nos dedicamos a encaminhar as ações coletivas, com panfletagens nas universidades, debate no IFPE-Barreiros e UFPE, outras organizações que formalmente integram o Comitê ignoraram esse espaço frentista e convocaram dois atos, com pequena distância de dias. O PCBR convidou poucas organizações

para construir um ato, nos avisou pouco tempo antes em horário que estávamos envolvidos em ações do comitê. Junto com PSTU e MRT, marcou o ato para o dia 14 pela manhã. Ao mesmo tempo, a UP convocou um ato para o dia 17, com as organizações sindicais, populares e estudantis por eles dirigidas. Tentamos buscar a unificação e diante da impossibilidade, o comitê aderiu ao ato do dia 14.

Exemplificando a crise de direção, o ato não foi fortalecido pelas bases, contando predominantemente com a participação dos militantes das correntes de esquerda. Além do POR, participaram PSTU, Juventude Rebel dia, PCBR, UJC, MRT, CSP-Conlutas, coletivo Manguê Vermelho, Aliança Palestina e o Comitê de Solidariedade à Palestina de Recife. A manifestação se dirigiu ao consulado

dos EUA, onde fomos recebidos por viaturas. O POR atuou com panfletagem, falas e venda de materiais.

O ato da divisionista da UP também foi esvaziado. Foi desperdiçada a oportunidade de fazer um forte ato e agregar as pessoas da cidade que têm um posicionamento em favor da Palestina, em um momento favorável pela sensibilização por parte da iniciativa da flotilha da liberdade expor o cerco a Gaza. Impulsionamos a

convocatória de uma reunião de balanço do Comitê para que se avalie a disposição das organizações em manter a unidade e se aprove as próximas ações coletivas.

A ação do imperialismo do Oriente Médio se intensifica, o que exige das organizações de massa que se comprometam com a formação de uma Frente Única Anti-imperialista. Publicamos abaixo as falas de militantes do POR, em nome do partido e do comitê.

Intervenção em nome do POR (não foi gravado desde o início):

(...) é o mesmo imperialismo que corta a verba dos serviços públicos, da saúde, da educação. Por isso é urgente! A Flotilha da Liberdade foi uma ação simbólica e que mostra o quão desesperados estamos na crise de direção dos explorados. É urgente retomarmos os nossos próprios métodos de luta, retomar as nossas reivindicações nas ruas. Não podemos improvisar diante da ação violenta do imperialismo. Temos a tarefa e a história da classe operária já mostra. Temos os meios de organização: as nossas assembleias, plenárias unificadas, tomar as ruas. Somente com uma frente única anti-imperialista que defenda a Palestina, que defenda os explorados contra o ataque do imperialismo, é que poderemos responder à altura de uma tendência e de um risco de terceira guerra mundial.

Por isso, companheiros, o Partido Operário Revolucionário convoca a urgência de que as direções sindicais, centrais, sindicatos, movimentos, direções estudantis convoquem um Dia Nacional de Luta e que nesse dia bloqueemos todos os materiais que alimentam a indústria bélica em Israel. Que de fato as ações se coloquem impedindo, assim como diversos países, pela pressão popular, já romperam relações com Israel. Que a CUT, CTB e UNE e demais centrais e movimentos se posicionem por um dia de luta com bloqueios, piquetes, paralisações, para impor ao governo o rompimento com Israel.

À luta, companheiros!

Intervenção de militante do POR em nome do Comitê de Solidariedade à Palestina

(...) é o mesmo imperialismo que corta a verba dos serviços públicos, da Eu me inscrevi para fazer uma fala em nome do Comitê de Solidariedade à Palestina. Um comitê que é composto por várias das organizações que estão aqui presentes. E eu vejo em muitas falas a defesa de criar comitês, fortalecer comitês. E nós sabemos o quanto é difícil construir os comitês quando a gente sofre o boicote das grandes organizações, que representam a maioria da juventude, as grandes centrais sindicais e os grandes sindicatos.

E nós estamos vivendo isso no nosso Comitê de Solidariedade, que é um comitê composto por organizações combativas, mas que são organizações minoritárias. E isso exige da gente a mais ampla democracia e a persistência na unidade. Porque a gente não tem como fazer essa luta de forma isolada. E é muito importante também a gente situar esse ato no marco das manifestações que estão acontecendo, nos marcos da marcha daqueles militantes que estão tentando chegar às fronteiras de Gaza para quebrar o cerco que tem não só permitido que Gaza leve todas as bombas todos os dias, mas também tem bloqueado a entrada de alimentos, água, medicamentos.

Então, o nosso ato se situa nesse marco. E nós fazemos esse ato aqui nessa rua, porque nessa rua está o consulado dos Estados Unidos. E o

que está acontecendo na Palestina é de responsabilidade direta do imperialismo em geral e em particular do imperialismo estadunidense. São eles que financiam as armas que estão matando as mulheres e crianças palestinas. São eles que anunciam seus planos de anexação colonial. Por isso, o Comitê de Solidariedade à Palestina tem como bandeira "Fora o imperialismo do Oriente Médio".

E nós sabemos que o governo brasileiro tem a sua responsabilidade. Ele deve romper as relações econômicas, diplomáticas e militares com o governo de Israel. Chamamos as centrais e os sindicatos a uma solidariedade ativa. É muito importante que os petroleiros tenham dado uma declaração contra a exportação de petróleo, que de 2023 para cá cresceu. Mas não basta apelar ao governo Lula. Que os petroleiros façam uma paralisação para interromper esse envio.

É necessário que nós nos inspiremos naqueles setores mais avançados da juventude que ocupou as universidades nos Estados Unidos, de trabalhadores portuários que bloquearam o acesso aos portos, para não alimentar Israel com armas. Então que nós passemos da solidariedade em palavras à solidariedade ativa. Fortalecer o nosso Comitê e a unidade entre todas as organizações aqui presentes.

Viva a unidade anti-imperialista!

Ceará

Manifestação de solidariedade à Palestina foi boicotada pela burocracia sindical

Em Fortaleza, ocorreu a manifestação de solidariedade à Palestina como parte da marcha global convocada para o dia 15/06. O ato, convocado pelo Comitê de Solidariedade à Palestina do Ceará, teve como local de concentração a Praia de Iracema (centro cultural Belchior). De lá, seguiu em passeata até a praia do Náutico, onde foi encerrado. Estiveram presentes várias organizações políticas e, como esperado, poucos sindicatos. O Ato contou com cerca de 600 ativistas, especialmente da juventude estudantil.

Ficou patente o boicote da burocracia sindical, das centrais como a CUT, CTB, CSB etc. e até mesmo dos dois sindicatos dos professores. Também a Conlutas não jogou peso na atividade. O ato, dessa forma, deixou de ser potencializado pela burocracia sindical que passa longe de encarnar o internacionalismo proletário e a defesa heroica dos palestinos sitiados por Israel. Como consequência, foi insignificante a presença operária no evento. A organização da ativi-

dade garantiu a democracia do ato com inscrições livres e sem prioridade aos parlamentares.

O POR esteve presente com sua banca de materiais, jornais e bandeiras. Interveio no carro de som onde pode explicar que a manifestação tinha a importância de ocorrer em meio a marcha global com atos de solidariedade em todo o país e em outros continentes, denunciando o genocídio israelenses em Gaza, as pretensões do estado sionista em anexar os territórios palestinos e o apoio do imperialismo norte-americano. Em suas intervenções, destacou também a defesa da Frente Única Anti-imperialista e a impossibilidade da solução dos dois Estados, uma vez que a existência de Israel implica conflagrar o Oriente Médio, devendo as massas se orientarem pela estratégia da destruição do Estado de Israel e por uma Palestina Socialista, no quadro dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Rio Grande do Norte

Ato de solidariedade à Palestina

O ato ocorreu na calçada do Midway, no dia 13 (sexta-feira) O ato ocorreu na calçada do Midway, no dia 13 (sexta-feira) às 16h30. Contou basicamente com a pequena vanguarda dos partidos, principalmente Psol (Juntos, GAS), MRT, PCBR, PCR (UP, Correnteza, UJR), PSTU e POR. O MLB (Movimento de Luta nos Bairros), dirigido pelo PCR, também mandou representante.

As falas em geral denunciaram o genocídio, exigiram a libertação dos ativistas da Flotilha da Liberdade sequestrados por Israel, e a escalada de Israel contra o Irã, além de exigir do governo Lula o rompimento das relações com Israel. A prefeitura de Natal foi denunciada por ter enviado um secretário para o encontro de gestores em Israel. Também houve denúncias da perseguição da Câmara de Vereadores de Natal contra o MLB, criminalizando a luta por moradia por meio da "CEI das invasões".

A intervenção do POR se deu por meio da distribuição de manifesto e fala no carro de som, com os seguintes pontos: 1) Está claro o objetivo de Israel e do imperialismo de anexação da Faixa de Gaza e Cisjordânia; 2) Lula falou do genocídio, mas é preciso concretizar o rompimento das relações diplomáticas e econômicas com Israel; 3) Denunciou que o Brasil exporta 9% do combustível utilizado por Israel em sua máquina de guerra; 4) Solidariedade aos protestos em prol dos imigrantes nos EUA; 5) Defesa do direito do Irã a desenvolver armas nucleares para se defender do imperialismo; 6) Exigência às centrais que organize dias nacionais de luta com bloqueios e paralisações pelas reivindicações das massas e em solidariedade à Palestina e ao Irã; 7) Por uma frente única anti-imperialista, em defesa da República Socialista da Palestina e pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário distribuído no ato em Natal

Erguer a frente única anti-imperialista contra o massacre na Faixa de Gaza!

Israel e os Estados Unidos caminham no sentido da anexação da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, como pretendem Trump e Netanyahu. Somente a luta das massas trabalhadoras do mundo todo pode interromper o genocídio e libertar o território palestino das forças de ocupação. Esse é um momento crucial em que emerge a necessidade de se pôr em pé uma frente única anti-imperialista.

Diversos países e regiões, pressionados pela revolta da população abismada com tamanha barbárie, vêm anunciando rompimento de relações, de diferentes naturezas, com o Estado colonialista de Israel. Essas iniciativas, embora limitadas, demonstram uma tendência crescente de isolar comercial e culturalmente Israel. É importante que o movimento das massas pelo fim do genocídio e autodeterminação do povo palestino não se iluda com as promessas de governos e ameaças de rompimento diplomático, comercial e militar com o Estado sionista de Israel, principalmente de governos de Estados imperialistas, como a Inglaterra, França etc. Somente uma frente única anti-imperialista erguerá barreiras aos objetivos anexionistas de Israel e Estados Unidos.

No Brasil, embora o governo Lula repudie verbalmente as ações israelenses, não houve ruptura de relações comerciais ou diplomáticas — ao contrário, observamos um aprofundamento dos laços econômicos. O Brasil é responsável por cerca de 9% do total de petróleo bruto fornecido a Israel nos últimos nove meses, insumo que abastece tanques, caças e veículos militares usados nos ataques contra a população palestina. Além do setor energético, as exportações de aço brasileiro servem de matéria-prima para empresas como Elbit Systems e IMI (Israel Military Industries), que produzem drones, tanques de guerra e munições lançadas contra civis em Gaza.

O projeto sionista é de escala mundial: se hoje aterroriza o povo palestino em Gaza, amanhã aplicará o mesmo modelo repressivo em qualquer população oprimida. A ação mais recente do governo Trump, oferecendo recompensa de até US\$ 10 milhões por informações que levem ao “rompimento dos mecanismos financeiros do Hezbollah” na Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai), não é mero combate ao “terrorismo” — é parte de um plano de asfixia econômica que visa desestabilizar os movimentos de esquerda e preparar o terreno para intervenções futuras na região.

Nesta semana, nos EUA, milhares de manifestantes em Los Angeles e outras cidades têm se levantado contra a política terrorista de deportação massiva dos imigrantes, implementada pelo governo Trump e o Estado norte-americano, principal força que mantém

o Estado de Israel. A luta dos imigrantes se soma à luta do povo palestino e dos explorados do mundo todo contra o imperialismo.

Solidariedade irrestrita ao povo palestino e defesa da bandeira de boicote

O POR defende que todas as manifestações de ruptura com o Estado de Israel sejam ampliadas: não se trata apenas de suspender acordos de amizade ou títulos simbólicos, mas de cortar relações comerciais, financeiras, culturais, educacionais e militares com o Estado colonial de Israel. É necessário o embargo integral de combustíveis, armas, peças de reposição e qualquer insumo que sustente a maquinaria bélica israelense; seja reconhecido o direito de retorno dos refugiados palestinos e se efetive a autodeterminação do povo palestino.

A ação simbólica da Flotilha da Liberdade, com 12 ativistas,



dentre eles o brasileiro Thiago Ávila, que tentou forçar entrada com ajuda humanitária em Gaza, tem servido para denunciar o bloqueio criminoso de Gaza por Israel e o genocídio realizado pelo Estado Sionista. É parte da resistência dos oprimidos contra a opressão imperialista.

Reivindicamos que as centrais sindicais e federações do setor petrolífero (FUP, FNP, CUT, CTB, CSP-Conlutas, UGT e demais) articulem uma campanha nacional para obstruir exportações de petróleo a Israel e a sabotarem embarques de produtos destinados a abastecer a máquina de guerra israelense, pondo em pé a frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária. Organizar um Dia Nacional de Luta em favor da causa palestina e contra o Estado genocida de Israel. Exigimos que, nesse dia, sejam realizadas paralisações totais nas refinarias e bloqueios de ruas e avenidas, assembleias populares em fábricas e universidades e protestos em

frente a consulados israelenses e repartições do Itamaraty. Esse é o caminho para os sindicatos se colocarem na dianteira da constituição da frente única anti-imperialista.

O POR luta contra o Estado sionista de Israel com a bandeira de República Socialista da Palestina e os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio como horizonte estratégico: só um processo revolucionário de caráter internacionalista poderá varrer as estruturas coloniais e criar condições de emancipação para os povos oprimidos.

Conclamamos todos os camaradas a intensificarem a agitação em seus locais de trabalho, estudo e moradia, articular blocos de massa que pressionem governos e empresas, e construir uma rede internacional de solidariedade que se ponha firme na exigência de ruptura total com o Estado colonial de Israel e com o imperialismo.

13 de junho de 2025

Rio de Janeiro

Distracionismo e fragmentação marcam o ato pela Palestina

No dia 15, aos pés da escadaria Selarón, no Rio de Janeiro, aconteceu a jornada internacional de luta em solidariedade ao povo palestino e pelo cessar-fogo no Oriente Médio. No Rio de Janeiro, o ato se dividiu em dois, um às 11h na Lapa e outro às 16h em Santa Teresa, o que consideramos um erro devido à fragmentação de um ato tão importante e que precisaria ser unificado.

Por se tratar de um ponto turístico da cidade, havia bastante pessoas no local, porém o ato em si foi esvaziado, em comparação com outras capitais, como em São Paulo. O esvaziamento ocorreu muito em função desses dois atos terem sido chamados no mesmo dia em um curto espaço de tempo. Por se tratar de um ato artístico, o distracionismo tomou conta de todo o ato. Destacamos, por exemplo, a baixa adesão de militantes de outras correntes nesse ato, tendo sido constatado, além do POR, a presença de militantes da UP no ato.

Gritos de ordem como “palestina livre do rio ao mar” foram en-

Apareceu no Esquerda Diário um artigo sobre o ataque de toados e dentre as reivindicações apresentadas a que mais se destacou foi para que o governo Lula rompesse suas relações com Israel. Como é visível, tais gritos de ordem só refletem mais do mesmo da fraseologia oca das lideranças do movimento pró-Palestina, uma vez que não foi levantado em nenhum momento a necessidade pressionar o governo federal para romper as relações com Israel, tampouco a defesa de uma Palestina socialista.

O POR atuou na distribuição de seus folhetos, em que faz uma análise materialista dos fatos, jogando um olhar classista no conflito e enfatizando a importância da formação de uma frente única anti-imperialista, além de reivindicar o fim da intervenção do Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza, cessar imediatamente a matança dos palestinos, não à anexação do restante do território palestino e por sua autodeterminação, levantar um movimento de massas em defesa do Irã e fim da dominação dos Estados Unidos e aliados imperialistas sobre o Oriente Médio!

Rio Grande do Sul

Manifestações em defesa da Palestina não expressam a gravidade do genocídio e da guerra que Israel promove na Faixa de Gaza e em todo o Oriente Médio

Desde a repercussão midiática da iniciativa da “Flotilha da Liberdade”, o movimento político de esquerda em Porto Alegre acordou de um sono profundo e decidiu por voltar às ruas em defesa da Palestina. No dia seguinte ao sequestro dos ativistas, a UJS convocou um ato às pressas e militantes se reuniram em frente à Federação Israelita. Dois dias depois, foi chamado um ato por outros agrupamentos, que se realizou no centro da cidade no início da noite e contou com menos de 60 pessoas.

No dia da marcha global, 15 de junho, Porto Alegre amanheceu sob chuva torrencial e o ato, marcado para às 11h, foi adiado para às 12h por conta das condições climáticas. Tendo sido afetado pela chuva ou não, o fato é que o ato minguou, com uma adesão de cerca de 200 pessoas, maioria vinculada aos coletivos envolvidos na organização do ato. Nem mesmo a realização da marcha no Parque da Redenção em um domingo fez aumentar o contingente. O que demonstra que tanto as direções estudantis, quanto sindicais, não estão empenhadas em mobilizar as bases, muito menos fazer alastrar um movimento que tem erguido a bandeira de impor ao governo Lula que rompa as relações com o estado sionista de Israel, mesmo os cânticos de “Palestina Livre”

sendo vazios de conteúdo político e não expressando absolutamente nada sobre o destino dos palestinos e dos povos do Oriente Médio.

A bandeira de ruptura total com Israel só poderá ser efetivada quando a classe operária despertar contra a guerra e o genocídio. As centrais sindicais mantêm a classe operária na passividade para garantir que Lula tenha liberdade de seguir com sua política de proferir discursos demagógicos enquanto mantém suas relações intactas com o estado assassino e colonialista, inclusive exportando petróleo e usando as universidades como fonte de desenvolvimento científico e tecnológico para abastecer o armamentismo israelense, como é o caso da UFRGS.

É imprescindível exigir que as centrais rompam com esse governo burguês e cumpram seu papel de organizar a classe operária para a luta contra a guerra, contra o genocídio e contra as relações com o estado sionista! Se a classe operária não se libertar da política conciliadora encarnada pelas direções dos seus organismos de luta, permanecerá adormecida enquanto os tentáculos imperialistas caem sobre os povos oprimidos do mundo inteiro, e não tardará em nos alcançar.

Ataque de Israel contra o Irã antecipa a traição dos revisionistas diante da guerra anunciada

A posição vergonhosa do MRT

Apareceu no Esquerda Diário um artigo sobre o ataque de Israel contra o Irã e a resposta do país persa aos sionistas. Depois de fazer uma exposição jornalística dos acontecimentos, extraída da imprensa burguesa, o MRT se posicionou “contra o conflito”, por “uma saída independente dos trabalhadores e povos” que libertem o Oriente Médio de “Israel, do governo reacionário do Irã e do imperialismo”. Assim, iguala o nacionalismo burguês fundamentalista iraniano ao imperialismo norte-americano, que tem como enclave no Oriente Médio o estado sionista de Israel.

A opressão imperialista contra as nações oprimidas deve ser respondida com a defesa dos países atacados. As próprias massas iranianas, parte das quais sempre combateram seu próprio governo, saíram para as ruas para exigir que este retaliasse Israel, numa clara posição anti-imperialista, entendendo que as lutas contra seu próprio governo dependem das suas forças e não da ingerência imperialista.

Mas o MRT tem medo de si mesmo já que não é capaz de elaborar uma política anti-imperialista sem cair na defesa da burguesia nacional, portanto assumiu uma postura igualando a intervenção imperialista e a opressão religiosa-cultural do governo iraniano. Esse posicionamento vergonhoso é próprio de uma corrente fundada no morenismo que, na ausência de um programa político, se deixa levar pela maré, sempre a reboque da ideologia pequeno-burguesa.

O MRT nem sequer percebe a contradição entre sua posição de defesa incondicional da Palestina e de neutralidade na guerra de Israel contra o Irã. Os palestinos também são muçulmanos e também carregam o atraso cultural que condena as mulheres à profunda opressão assim como controla aspectos da vida privada dos indivíduos com mão de ferro, mas sob os destroços de Gaza e sob os pedaços de corpos humanos espalhados pelo território, sob as imagens de mulheres, idosos e crianças desnutridas e desgraçadas pelo genocídio, isso certamente ficou oculto, mas ainda serve de justificativa para aqueles que apoiam Israel, inclusive em imagens de soldados israelenses bombardeando Gaza enquanto agitam a bandeira LGBT.

Vai ser preciso Israel dizimar o povo iraniano como vem fazendo com os palestinos para o MRT se dar conta que o conservadorismo próprio das religiões é produto de uma sociedade de classes e não depende de mudança de governos? A religião, o fundamentalismo, o atraso cultural e as opressões contra mulheres só podem ser combatidas no terreno da revolução proletária. Jamais será justificativa para o massacre de uma nação. O MRT não sai em defesa aberta do Irã porque o governo do país é conservador. O MRT se coloca no campo do imperialismo diante da guerra anunciada, porque está submetido à ideologia pequeno-burguesa que coloca o identitarismo acima da luta de classes.

Nota da Corrente Proletária - UFABC

Nota da Corrente Proletária - UFABC

A política de terror do governo sionista de Netanyahu tem mostrado sua verdadeira face: para esmagar a resistência do povo palestino, está disposto a qualquer aliança. Nos últimos meses, o Daesh (Estado Islâmico), que havia perdido força na região, voltou a aparecer, desta vez atacando posições da resistência palestina em Gaza, em clara convergência com os objetivos militares de Israel.

Não é a primeira vez. O Estado sionista já havia colaborado com grupos ligados à Al-Qaeda na guerra da Síria, como a Frente Al-Nusra, além de manter ligações com o Daesh no Sinai, Egito, onde usava os ataques do grupo como pretexto para reforçar a presença militar e reprimir os palestinos da região. Na Líbia, no curso da destruição provocada pela OTAN, esses mesmos grupos abriram caminho para a pilhagem dos recursos naturais. Na África, Israel e seus aliados também se aproveitaram da ação de grupos como o Boko Haram,

na Nigéria, e o Ansar Dine, no Mali, para desestabilizar governos e justificar intervenções ditas “antiterroristas”.

A Turquia de Erdogan seguiu a mesma cartilha, apoiou os rebeldes que tomaram regiões da Síria, não em nome da liberdade, mas para esmagar a resistência curda e sabotar qualquer perspectiva de revolta popular independente.

Israel, os Estados Unidos, os regimes teocráticos aliados da OTAN e os hipócritas do Oriente Médio agem juntos, cada um com sua máscara, mas todos servindo ao mesmo objetivo: destruir a resistência dos povos e garantir os interesses do capital imperialista na região.

O povo palestino segue resistindo, com coragem e dignidade. É dever dos trabalhadores de todo o mundo romper com a hipocrisia dos governos e construir uma frente única internacionalista, em defesa da Palestina e contra o imperialismo.





Ato dos 90 anos do POR da Bolívia

No dia 1 de junho, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) realizou em São Paulo, sob a organização da seção brasileira, o ato dos 90 anos do Partido Operário Revolucionário (POR) da Bolívia. No Jornal Massas 741, publicamos os pronunciamentos dos dirigentes do CERQUI. Agora, damos sequência às exposições de camaradas do Partido Operário Revolucionário (POR-Brasil).

A origem trotskista do POR

Antônio Almeida

O surgimento do POR boliviano se dá em um quadro de aparecimento de outras organizações trotskistas na América Latina, a partir de rupturas nos partidos comunistas estalinizados. O que se passa em nosso continente, naquele momento, deve ser compreendido, então, como um reflexo do combate do trotskismo, em escala internacional, pela preservação e continuidade do marxismo-leninismo.

A luta contra a burocratização do Partido, do Estado Operário e da III Internacional começa em 1923, portanto, quando Lênin ainda estava vivo, mas já com sua saúde bastante debilitada. Lênin falece em janeiro de 1924.

A Oposição de Esquerda russa começa a se estruturar em outubro de 1923. Em seus primeiros passos, comparece o combate pela democratização do PCUS (direito de expressão de frações e tendências) e por um plano de industrialização. Um marco desse período é a publicação da obra Novo Curso, datada do início de 1924.

No V Congresso da IC, é aprovada a política antimarxista do “socialismo num só país”, proposta pela camarilha estalinista. O V Congresso se dá em meados de 1924, portanto, depois da derrota da revolução na Alemanha (outubro de 1923) e da morte de Lênin.

Em seguida, em 1925-26, o combate à degeneração estalinista se amplia ao plano internacional, diante da aliança de Stalin com a burocracia sindical inglesa, que liquidou a construção da greve geral naquele país.

Em 1926, forma-se a Oposição Unificada com Zinoviev e Kamenev - a curiosidade é que estes haviam se aliado inicialmente a Stalin na “troika” contra Trotsky. Em novembro de 1927, Trotsky é expulso do CC e do Partido e suas teses são derrotadas no XV Congresso do PCUS em dezembro. No final de janeiro de 1928, Trotsky é exilado em Alma-Ata (no Cazaquistão), marcando o início de sua longa perseguição, passando pela Turquia, França, Noruega e México, onde é assassinado.

As polêmicas sobre a China datam de 1927, com a política de subordinação do PC ao Kuomintang (partido nacionalista burguês), que resulta em um verdadeiro desastre. Trotsky responde à questão chinesa com uma política internacionalista, aplicando a teoria da revolução permanente para os países atrasados: a revolução democrática tinha de se transformar em socialista, sob a direção da classe operária.

Entre 1930 e 33, o eixo do combate da Oposição de Esquerda se desloca para a Alemanha, ou melhor, sobre como evitar a vitória do nazifascismo. Contra a linha ultraesquerdista da IC estalinista do chamado “terceiro período”, definida no VI Congresso da IC (ocorrido em 1928), que colocava um sinal de igualdade entre

a socialdemocracia e o fascismo, Trotsky propõe estabelecer uma Frente Única Operária.

Diante da política desastrosa do estalinismo, que favoreceu a ascensão de Hitler (o qual assume o cargo de chanceler em janeiro de 33), Trotsky abandona a linha de reforma da III Internacional e proclama, em uma Conferência, ocorrida em agosto de 1933, a luta pela construção da Quarta Internacional;

Os núcleos originais do trotskismo latino-americano são forjados nesse caldeirão dos anos 1930. Surgem agrupamentos na Argentina, Chile, Uruguai, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Panamá, Porto Rico, México e Bolívia. Além do combate à burocratização, comparece o problema do ultraesquerdismo.

De acordo com os estalinistas, o “primeiro período” tinha sido o revolucionário, o da Revolução Russa; o “segundo período”, de prosperidade capitalista nos anos 1920; e o “terceiro período” seria o da “crise final e definitiva do capitalismo”, quando a revolução estaria na ordem do dia em toda parte – definição absolutamente mecânica. Nos países atrasados, porém, o caráter dessa revolução seria “intermediário”, nem burguês nem socialista. Aí se vê o caráter centrismo do estalinismo, combinando um desvio estratégico reformista com uma tática ultraesquerdista.

Na América Latina, o ultraesquerdismo da linha do “terceiro período” leva a inúmeros e trágicos equívocos. Vale citar três exemplos: no Chile, o PC estalinizado caracteriza o governo do general nacionalista de Marmaduke Grove como “nova variante da reação fascista”; no Brasil, os estalinistas são empurrados à aventura da chamada Intentona Comunista; em Cuba, o governo Grau San Martín-Guiteras, que havia abolido a “emenda Platt” (símbolo da submissão aos EUA), é qualificado como “social-fascista”.

As rupturas com os PCs vão se dando a partir dessas divergências, e, nesse processo, vão se aproximando da Oposição de Esquerda trotskista. É o caso de José Aguirre Gainsborg, na Bolívia. Já nos anos 1930, a influência da Revista Comunismo - editada por Andreu Nin, do POUM espanhol - por exemplo, é bastante importante. É o caso dos hidalguistas (referência a Manuel Hidalgo) no Chile, que formam o grupo intitulado Esquerda Comunista do Chile, tendo entrado em contato com as ideias de Trotsky a partir da mencionada revista.

A questão espanhola se agudiza entre 1936 e 1939. No VII Congresso da IC, ocorrido em meados de 1935, Stalin faz aprovar uma guinada em relação à política do “Terceiro Período”, adotando a linha das Frentes Populares, que implicava uma subordinação dos Partidos Comunistas aos partidos da chamada “burguesia progressista”, adiando a revolução socialista indefinidamente, até a conclusão da “revolução democrática” (“revolução por etapas”).

O POUM, no entanto, que tinha adquirido uma notável importância no trabalho internacional da Oposição de Esquerda, acaba assumindo uma linha centrista, capitulando diante da política das Frentes Populares – formula a ideia de que se tratava de uma “etapa” da luta pela Frente Única Operária, um erro que custou muito caro.

Em setembro de 1938, ocorre a fundação da IV Internacional. No Congresso de fundação, ocorrido em Paris, havia apenas um latino-americano, o brasileiro Mário Pedrosa.

Até a Segunda Guerra, o Comitê Executivo da IV estava fixado na Europa. Quando eclode a guerra, a direção do movimento trotskista mundial se deslocou para o SWP dos EUA.

Trotsky é assassinado a mando de Stalin no México, em 1940. Com esse trágico acontecimento, e com as numerosas baixas de

quadros importantes pelas mãos dos fascistas ou dos estalinistas, a exemplo do filho de Trotsky, Leon Sedov, a Quarta se enfraquece. No pós-Segunda Guerra, o revisionismo toma conta de suas fileiras, principalmente com a ascensão do pablismo (referência a Michel Pablo).

Nessa trajetória, destaca-se o exemplo do POR e de Guillermo Lora, por ter se constituído como uma exceção: o POR logrou penetrar no movimento operário e constituir o Programa, aplicando o método do Programa de Transição à realidade da Bolívia. Daí a conclusão fundamental, de que não há como reconstruir a IV Internacional à margem da experiência do POR boliviano.

Viva o POR!

Viva!

Palmas

Principais etapas da construção do POR

Magda Soares

Boa tarde, companheiros

Fiquei responsável de fazer um breve percurso da história do POR boliviano. Nas Obras Completas, que possui 70 volumes, Guillermo Lora expõe as formulações do POR diante dos principais acontecimentos da luta de classes. Faz parte das Obras, a Contribuição à História Política do POR, do período de 1935-1977. Pensei em destacar quatro momentos.

O primeiro, abarcando os dez primeiros anos. Lora assinala que Aguirre foi exilado para o Chile e lá se integrou ao Partido Comunista chileno. Sob influência da Oposição de Esquerda Internacional conseguiu penetrar suas críticas ao estalinismo nas fileiras do Partido Comunista chileno. Aguirre foi expulso do partido em 1933. O que o levou a constituir a Esquerda Boliviana no Chile. Como se vê, os primeiros quadros que deram origem ao POR resultaram da luta no interior do Partido Comunista no Chile e do trabalho de organização de Aguirre.

Ao mesmo tempo, outro militante boliviano, Tristan Marof, se encontrava exilado na Argentina. E havia constituído o grupo Tupac Amaru. Aguirre e Marof unificaram os dois grupos no Congresso de Córdoba em 1935, na Argentina, dando origem ao POR.

Lora diz que a plataforma de unificação não constituiu uma sólida base programática. Assim, não tardou a se manifestar as diferenças políticas entre Aguirre e Marof. Em 1938, ocorreu a primeira cisão do POR. Os marofistas tinham como objetivo criar um partido de massa, portanto oposto aos fundamentos do marxismo.

A morte prematura de Aguirre, em outubro de 1938, golpeou o POR. Isso porque sintetizava a experiência da luta no terreno do fortalecimento da IV Internacional e do trabalho de penetrar no seio do proletariado boliviano. O POR ficou reduzido a um pequeno núcleo de discussão do marxismo em Cochabamba, por cinco anos. Sob a direção de Tomás Warqui a relação com a IV Internacional se tornou muito tênue, embora mantivesse relações por meio de cartas. A direção não chegou a desviar das formulações de Aguirre, mas pôs em risco a existência do POR.

O segundo momento, se deu entre os anos de 1939 a 1942. Com a constituição do Comitê Regional de La Paz, que impulsionou a orientação da militância a pôr em pé um partido vinculado à luta de classes. Iniciou-se uma intensa propaganda e agitação, que resultou numa dura perseguição. Lora despontará como o militante que abrirá uma nova etapa de construção do partido como vanguarda revolucionária do proletariado. Abriu-se o caminho para a aproximação com os mineiros da região de Oruro, Huanuni, Siglo XX e Colquiri. O massacre de Catavi, setembro de 1942, expressará a agudização da luta de classes. Por meio do sindicato de Catavi, os trotskistas puderam levar aos operários as reivindicações transitórias, como escala móvel dos salários e de trabalho. O V Congresso do POR, setembro de 1946, ocorreu em uma situação de agitação entre os mineiros. E o POR estava aí. A direção do POR se estruturou. Dois meses depois, no Congresso da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia se aprovaram as Teses de Pulacayo, redigidas pelo POR.

As Teses de Pulacayo passaram a ser uma referência da luta de classe dos explorados contra a burguesia e seu Estado. Estavam ali assentadas a aplicação do Programa de Transição, ainda que na forma de um documento sindical. As Teses caracterizam a Bolívia como país capitalista atrasado, como parte da economia mundial. Estabelece a estratégia da luta por um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

Em 1947, houve a formação do Bloco Mineiro Parlamentar. O POR pôde assim aplicar a tática leninista de utilizar o Parlamento como tribuna para defender perante as massas o programa revolucionário. Em função dessa política, os mais destacados membros do Bloco Parlamentar foram expulsos.

O POR ganhou projeção nacional. Em fevereiro de 1947, publicou o Jornal Luta Operária. A direção da IV Internacional, nesse período, não acompanhou as transformações pelas quais passavam a luta de classes e o POR na Bolívia.

Lora assinala que a história do POR realmente inicia quando

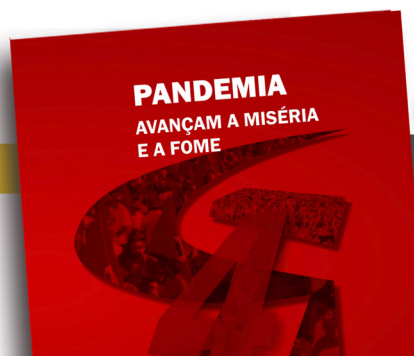
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$ 40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

houve o entroncamento do marxismo com o proletariado mineiro. Foi nesse momento, que se soldou a teoria revolucionária, portanto, as ideias revolucionárias, com os instintos revolucionários.

O terceiro momento, de 1952 a 1971, se caracterizou por profundos conflitos interburgueses, avanço da luta de classes e pressões do imperialismo. A Revolução de 1952 foi o ponto alto da luta dos explorados. A classe operária constituiu a Central operária Boliviana (COB), que passou a expressar a luta dos explorados pelo poder. Mas, foi o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) que foi colocado no poder. Lora deixou inúmeros testemunhos de que não houve traição do POR à revolução. Hoje, por meio do pronunciamento de Ramon, pudemos verificar a extensão que tomou essa calúnia, repetida pelas correntes adversárias do POR. Outra camarada fará uma síntese da Revolução de 1952 e o lugar do POR.

O primeiro número do Jornal Massas apareceu em novembro de 1954. Foi dedicado à análise do 1º Congresso da COB. Já na sua origem, o Jornal foi marcado pela repressão e prisão dos militantes.

A Assembleia Popular, criada em 1º de Maio de 1971, foi o auge

da luta de classes e foi o exemplo do duplo poder. Como programa, organização e política assinalou o caminho para tomar o poder. Foi destruída pelo golpe militar de agosto de 1971.

Por último, quero destacar o lugar do POR na construção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI). O CERQUI, teve sua primeira reunião em 1988, em La Paz. As dificuldades em levar adiante o CERQUI foram e são muitas. No entanto, a fortaleza do CERQUI está na experiência política e organizativa do POR da Bolívia.

Concluo essa breve exposição ressaltando uma das colocações fundamentais de Guillermo Lora, quando da fundação do POR no Brasil em 1989: não há partido sem programa. Assimilar as ricas experiências do POR boliviano tem sido nossa tarefa. Nesses 90 anos de existência do Partido Operário Revolucionário, rendemos, hoje, nossa homenagem.

Viva José Aguirre, fundador do POR boliviano!

Viva Guillermo Lora!

Viva a construção do CERQUI!

O vínculo histórico entre a Revolução de 1952 e a constituição da Assembleia Popular de 1971

Lara Amorin

Boa tarde companheiros, companheiras, saudação.

Eu vou expor um pouco mais sobre o que foi a atuação do POR na Revolução de 1952 e a Assembleia Popular de 1971. Da Revolução de 1952, é muito importante compreender que, por mais que o partido ainda fosse bastante jovem – estamos falando de um partido que surgiu em 1935 –, então, com 11 anos de existência, o POR já elaborava as Teses de Pulacayo. E um pouco antes de completar 17 anos, estava envolvido no processo de uma revolução nacional.

Na Revolução de 1952, duas correntes disputaram a direção do movimento, e, em torno delas, todas as demais se colocaram. Essas correntes foram o MNR, que era o partido da pequena burguesia, mas a pequena burguesia não tem um programa próprio, então expressava o nacionalismo burguês. E o POR que expressava o programa proletário. E isso, não é só a gente que fala. Se alguém daqui for a La Paz, poderá visitar o memorial da Revolução de 1952. Esse memorial tem quatro paredes enormes, como se fosse um balcão. Duas paredes são pintadas pelo muralista, porista, Miguel Alándia Pantoja, também militante que ajudou a criar a Central Operária Boliviana e as milícias operárias e camponesas, que expressavam a luta de classes. E duas paredes são de um muralista nacionalista, que retrata todo mundo de mãos dadas, aquela história pacifista que a gente conhece.

Então, essas duas correntes disputaram a Revolução de 1952. E numa condição bastante desigual do ponto de vista organizativo. Afinal, o que foi a Revolução de 1952? O MNR já era um partido que havia disputado a eleição de 1951, e a ganhou. Porém, o governo da rosca mineira – a Rosca era o governo das oligarquias, das mineradoras e do latifúndio – desfecha um golpe e anula o resultado eleitoral. E como o MNR responde a isso? O MNR foi golpeado. Responde como partido pequeno burguês, tentando organizar um contragolpe, apoiado em setores do exército, da burocracia estatal. Porém, as posições programáticas expressas pelas Teses de Pulacayo, e divulgadas pela própria burguesia nos seus jornais, tipo, olha que escândalo, a classe operária falando de tomada de poder, criou uma semente no proletariado mineiro. E nesse momento de crise, a classe operária empunhou aquelas ideias e passou a ir para as ruas. Os operários, os camponeses, os operários com seus instrumentos de trabalho, que são dinamites. Os camponeses, tomando as terras. E, nessa ação, os explorados destruíram o exército, não no sentido que teve um embate militar e acabaram com o exército, mas no sentido que racharam militares, abrindo os quartéis, pegando as armas e atraindo a baixa oficialidade para o lado da revo-

lução. E isso fez com que aquele golpe palaciano do MNR virasse uma verdadeira insurreição popular.

Nessa ação das massas, estava expressa a linha proletária, os seus métodos, a linha do Partido Operário Revolucionário. E o MNR, como oportunista, a sua ala esquerda passou a se mimetizar recitando as ideias revolucionárias. Juan Lechin, que era um sindicalista, ele passa a refletir as ideias das Teses de Pulacayo. Então, quando falamos que as massas se iludiram com o MNR, é porque esse partido, de forma oportunista, vai utilizar-se de parte das posições do POR. E também porque o POR, extremamente jovem, e nesse enfrentamento da repressão, lutando para construir seus quadros, ainda não estava à altura, organizativamente, de seu programa. É necessário, aqui, no Brasil, colocar o POR à altura de seu programa.

Há um momento de ascenso da luta na primeira semana depois do início da Revolução de 1952, que é datada de 9 de abril, já no dia 17, quando se cria a Central Operária Boliviana. A COB surge como um organismo do tipo soviético em que o povo leva os seus problemas, as massas os levam para tentar solucionar, a exemplo do problema agrário, do controle das minas, da educação pública. O POR vai lutar nesse processo para mostrar que o MNR, como corrente nacionalista burguesa, não tinha como resolver os problemas da nação oprimida. Por isso que o POR rejeita toda subordinação ao nacionalismo. Quando se fala que a Quarta Internacional à Bolívia, não se trata da Quarta Internacional do Trotsky. São os revisionistas da Quarta Internacional. É o Pablismo que vai à Bolívia num momento decisivo, ao invés de ajudar, ou pelo menos não atrapalhar, provoca uma cisão no POR. E dessa cisão, quem permaneceu foi temperado no fogo da revolução e continuou construindo partido. Quem foi para a ideia do entrismo no MNR, nunca mais saiu da política burguesa, se degenerou e apodreceu, mostrando que o POR estava correto.

E o MNR cumpriu a trajetória que o POR prognosticou, inclusive o próprio Paz Estenssoro, que foi quem ganhou a eleição em 1951, depois, nos anos seguintes, lá nos anos de 1990, torna-se um neoliberal. Ele vai fechar as minas. Vai concluir como totalmente pró-imperialista. Mas o POR, nesse momento, não conseguiu vencer o nacionalismo. Inclusive porque o nacionalismo se travestiu tanto que ele inclusive ofereceu à COB metade dos ministérios. Foi o co-governo. E o POR rejeitava isso. O POR defendia o poder próprio da classe operária. Mas imaginem a sedução de metade dos ministérios para a central operária. E, por essa via, os nacionalistas

desvirtuaram e destruíram o processo revolucionário e reconstruíram o poder da burguesia. Bolívia vai passar por governos militares e tudo mais. Em 1969, o governo militar de Barrientos Ortuño morrerá em um acidente. Os setores que estavam reprimidos voltam a se manifestar e a se organizar.

E a Bolívia, na sua história, teve mais de 180 golpes e contragolpes, tentativas de golpe. A instabilidade é uma constante, por conta da fragilidade da democracia burguesa, da própria fragilidade da burguesia. E, nesse processo, o POR vai impulsionar as forças operárias, populares, inclusive os partidos. Aplicará a tática frentista, para construir o comando operário, o comando político e popular. Forma-se um comando e se convoca a Assembleia Popular. Nesse processo, inclusive, o POR mostra como é possível enfrentar um golpe entre setores da classe dominante com independência de classe. Diante de uma tentativa de derrubar o governo do general Torres, que era da ala esquerda do governo nacionalista, por um setor da direita, o POR não ficou assim, ah, eles que se matem, não! Combate o movimento golpista, sabendo que iria levar a mais esmagamentos. Porém, agiu com independência. Essa posição fez com que, quando se criou a Assembleia Popular, em 1º de maio de 71, o general irá com sua fanfarra tentar marchar à frente dos operários. E os operários marcham no lugar, a fanfarra vai e eles tomam outro rumo e vão abrir, na Assembleia Legislativa, a Assembleia Popular, com mandatos revogáveis e com a declaração consciente de estar criando um poder da classe operária. É nessas condições, a de se constituir uma situação de duplo poder, daí o caráter soviético da Assembleia Popular, que, mais uma vez, Torres virá com a ideia do co-governo. E aqueles setores que estavam lá na frente, que era a Assembleia Popular, mas empurrados pelas circunstâncias, carreiristas que a gente conhece, estavam doidos para virarem ministro de novo.

O POR, sob a direção de Guillermo Lora, não conseguiu impedir a movimentação dos que pretendiam levar a Assembleia Popular a servir um co-governo. Travaram-se os embates em torno ao poder. Ao se colocar condições, como a de que tal governo só poderia ser eleito pelas assembleias, com mandato imperativo e

revogável, e que não poderia ser a mesma pessoa do comando, o próprio Torres recuou. Porque nesse caso não seria um co-governo que, na verdade, expressaria o poder da burguesia.

A Assembleia Popular durou cerca de três meses. Sua primeira resolução foi como enfrentar o golpe, porque sabia que a burguesia estava reagindo diante de forças golpistas. Tratava-se de enfrentar a reação com independência política, com a greve geral e armando o povo. Nos debates da Assembleia Popular, se colocou em discussão o controle operário da mineração, como seria feito isso, a criação dos tribunais populares para julgar os crimes da burguesia, a universidade única sob o controle do proletariado, e, como eles já prognosticavam, a burguesia iria avançar no seu golpe. Não se tinha conhecimento, naquela época, sobre a articulação internacional do Plano Condor, patrocinado pelos Estados Unidos e que contou inclusive com a participação da ditadura do Brasil. A Assembleia Popular resiste ao golpe. Por cinco dias, dezenas de milhares de operários e camponeses marcham a La Paz para combater. Eu cheguei a conversar com o operário mineiro, Mora, que combateu e chegaram a tomar o estado maior lá. Quando vieram os aviões, os combatentes não sabiam se vinham para confraternizar, mas logo se viram bombardeados. Relatou que demoraram a resistir porque Torres não entregou as armas, só entregou uns fuzis velhos, mas lutaram, combateram, e na hora que eles viram que não conseguiriam, de fato, enfrentar o golpe, recuaram para preservar fisicamente a vanguarda e muitos se exilaram.

Lora, refugiado no Chile, vai tentar impulsionar a Frente Revolucionária Anti-imperialista (FRA). A Revolução 1952 e a Assembleia Popular de 1971 se destoam dos reformistas, da linha da conciliação de classes, das frentes populares e do foquismo e reconstitui a linha da insurreição popular e da dualidade de poderes. Por isso, o POR é a continuidade do marxismo, do leninismo e do trotskismo.

Viva o POR!

Viva!

Palmas

Crítica programática à experiência foquista na Bolívia e América Latina

Clovis Gonçalves

A construção programática do POR boliviano foi o resultado da intervenção dos seus militantes. Esse é um elemento extremamente importante que nós aprendemos com o POR boliviano e tentamos desenvolver aqui na nossa experiência. E um dos marcos dessa elaboração programática foi a crítica marxista ao aventureirismo foquista. Este fenômeno do foquismo que ocorreu nas décadas de 60 e 70, os mais jovens certamente não viveram, mas era uma época em que a sedução do foquismo, que se apresentava como “guerrilha”, agora entre aspas “guerrilha”, tomou conta de uma importante camada da juventude, principalmente da vanguarda, principalmente na América Latina. De modo que caracterizar, explicar e enfrentar esse fenômeno era extremamente importante para o partido desenvolver seu programa.

O foquismo foi uma generalização acrítica, não crítica, da experiência cubana, da revolução cubana e impulsionada até certo momento pelo próprio castrismo, pelo governo cubano. O foquismo é basicamente a ideia de que um foco guerrilheiro, como eles chamavam, um foco fortemente armado, de pessoas corajosas e audazes, seria suficiente para incendiar as massas que as seguiriam, seguiriam o exemplo combativo dos foquistas, e com isso poderiam derrubar os governos. Basicamente era esta formulação. O foquismo não era muito rico em elaborações teóricas nem filosóficas. O negócio para o foquismo era ter coragem de atirar e enfrentar o inimigo armado e mais poderoso.

Embora o foquismo fosse um fenômeno tipicamente latino-americano, não deixava de ser uma reação contra décadas de pacifismo do estalinismo, tanto do Partido Comunista Soviético quanto, posteriormente, do Partido Comunista Chinês. Pacifismo no sentido de que defendiam a coexistência pacífica com o imperialismo e essa política se refletia nos países atrasados, na renúncia à revolução proletária, e no apoio a uma suposta revolução democrática encabeçada por um setor progressista da burguesia nacional desses países. Coexistência que ninguém achou e nem achará. Mas esse pacifismo era o que predominava. Com a morte de Stalin, abriu-se uma crise no movimento comunista internacional, e a juventude, principalmente, até dentro dos partidos comunistas, passou a exigir uma postura mais ativa.

Isso provocou diversas rupturas, e o fenômeno do foquismo na América Latina vai ser generalizado. No próprio Brasil, houve cerca de 18 a 20 grupos foquistas que surgiram durante a ditadura militar. Essa experiência arrastou milhares de jovens da vanguarda juvenil, principalmente, e provocou a morte de muitos ativistas, não apenas envolvidos no foquismo. Foram liquidadas lideranças operárias, camponesas e populares. Essa experiência foi utilizada também como pretexto do Plano Condor, uma articulação internacional dirigida pelos norte-americanos para enfrentar a luta de classes, justificada pelo combate ao “terrorismo”.

O Plano Condor foi uma repressão internacional, uma colaboração entre as repressões dos diversos países que caçava militantes de um país, para entregar ao ditador de outro país e assim por diante. Foi mérito do POR boliviano ter caracterizado com precisão este fenômeno no momento em que estava acontecendo. Não foi 20 anos depois, foi naquele momento que se posicionou. E isso é extremamente importante perceber, porque era no momento em que o foquismo estava em projeção. E o POR boliviano caracterizou claramente como um desvio pequeno burguês, expressão do desespero da pequena burguesia, e que não tinha nada a ver com a classe operária.

Estamos falando do foquismo, que não deve ser confundido com a guerrilha. Porque é importante entender que o POR boliviano sempre estudou e defendeu o método das guerrilhas. O POR e os trotskistas não somos pacifistas. Nós defendemos a revolução, portanto, defendemos a insurreição armada. Nós nos opomos ao foquismo como expressão da pequena burguesia, cuja ação armada se dá à margem do proletariado. Agora, um dos aspectos da luta armada, ou uma forma da luta armada antiga, são as guerrilhas, que é uma forma de luta dos oprimidos que existe há muito tempo. E o POR boliviano sempre estudou e defendeu o método das guerrilhas.

É importante também destacar uma outra circunstância muito importante, me parece, que embora o POR criticasse o foquismo, sabendo exatamente o seu vínculo com o castrismo, no momento em que o governo boliviano denunciou a existência da guerrilha em Nancahuazú, onde estava Che Guevara – ele ainda era vivo – o POR boliviano fez uma declaração dizendo o seguinte: “Primeiro. O movimento de guerra irregular não resolve por si só o problema número um do processo revolucionário, quer dizer, o problema da direção, e tampouco pode colocar-se à margem da evolução política do país. [...] Segundo. Neste momento de definições, o Partido Operário Revolucionário afirma publicamente que se solidariza e apoia o movimento armado que acaba de estourar – de acordo com informe oficiais – no sudeste do país. Assumimos esta postura sem considerar previamente sua força ou fraqueza, suas virtudes ou defeitos. Os guerrilheiros, mesmo com todas as limitações que possam ter, são parte da vanguarda armada do povo. Seus objeti-

vos são a emancipação nacional e social etc...”. Vejam que atitude diferente da de diversos dirigentes estalinistas que começaram a satanizar e a perseguir os foquistas, porque havia um choque entre Castro e os estalinistas naquele momento. Depois, o Castro vai capitular.

Mas, eu queria pontuar, dentre os tantos aspectos que o POR Boliviano estudou sobre o foquismo, que é um dos aspectos mais ricos na elaboração programática: a questão da relação das “guerrilhas”, entre aspas, com o partido. Primeiro, o método das guerrilhas, o reconhecimento do método das guerrilhas como legítima expressão da luta dos explorados. Segundo, o foco não é a mesma coisa que as guerrilhas. Terceiro, o foco se propõe substituir o partido. Nas formulações do foquismo, os focos armados, as suas ações, são suficientes para criar o que chamam “condições subjetivas”. A ação militar cria as condições subjetivas. E Guillermo Lora completa: “desconsiderando o penoso trabalho de se tornar a direção das massas”, ou seja, agir como partido, “tendo de subordinar inevitavelmente sua atividade ao grau de evolução da consciência das massas”, o foquismo desconhece a necessidade histórica do partido e o contexto em que a vanguarda revolucionária sempre está atuando. Partir exatamente do nível de consciência das massas, é o método que somente o partido leninista pode encarnar. Concluindo que, portanto, “toda a formulação do foquismo é expressão do subjetivismo”.

Bom, o foquismo fracassou completamente em toda a parte. Os foquistas não somente foram derrotados, como degeneraram. Os degenerados viraram políticos da burguesia. José Dirceu, Dilma Rousseff, Fernando Gabeira, Aloysio Nunes, isso pra ficar aqui no Brasil. Mas é bom lembrar casos como os da Cristina Kirchner, Garcia Linera e companhia. Outros viraram bandidos. Viraram bandidos, partiram para a bandidagem. Então, para os jovens, principalmente, que não viveram nesse período, acho importante o estudo das formulações do POR boliviano sobre o foquismo e a guerrilha. Aquilo que teve uma consequência desastrosa para uma parte da vanguarda permitiu ao POR boliviano desenvolver o seu programa.

Saudações aos 90 anos do POR!

Aplausos

A experiência parlamentar do Bloco Mineiro

Luiz Silva

Saudações Revolucionárias camaradas!

Vou falar sobre a constituição do Bloco Mineiro Parlamentar e as principais lições dessa importante intervenção do Partido Operário Revolucionário da Bolívia no Parlamento Burguês.

Os anos de 1946 a 1952, o chamado sexênio-rosquero, foi marcado por governos da oligarquia reacionária, apoiado pelos estalinistas contrarrevolucionários. O Bloco Mineiro Parlamentar foi constituído nas eleições de 1947 e formado pelo POR e pela FSTMB, a Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia. Esse bloco elegeu 10 deputados, entre eles Guillermo Lora.

O bloco mineiro parlamentar tinha como programa as Teses de Pulacayo, que foi elaborada, defendida e aprovada no Congresso de Pulacayo em 1946, como já foi colocado pelos camaradas, e que caracteriza a Bolívia como um país de economia atrasada, desigual e combinada. As teses de Pulacayo afirmavam a incapacidade da burguesia nacional para desenvolver as forças produtivas e levar a cabo as tarefas democráticas pendentes. As teses de Pulacayo colocavam claramente que somente o proletariado, por meio de uma revolução proletária, constituindo o governo operário e camponês, a ditadura do proletariado, poderia colocar fim à opressão nacional e social.

Guillermo Lora, como marxista, fez a intervenção no parlamento burguês como uma tribuna revolucionária para se dirigir aos

explorados com a defesa da revolução proletária. Guillermo Lora utilizou esse parlamento chamando as massas a não terem nenhuma ilusão nas eleições burguesas, a não terem nenhuma ilusão no parlamento burguês, chamando as massas a acreditarem em suas próprias forças, em seu método próprio de luta, que é a greve, a ação direta, a ocupação das minas, a insurreição armada das massas, a revolução proletária para destruir o Estado burguês e todas as suas instituições e pela constituição do governo operário camponês, a ditadura do proletariado.

O Bloco Mineiro Parlamentar, como já foi assinalado pelos companheiros, se constituiu no momento de ascenso da luta de classes, que vai de 1940 a 1952. Esse período foi marcado por uma grande repressão ao movimento mineiro, resultando no massacre de Catavi, onde o exército a mando do governo metralhou e assassinou os mineiros e suas famílias desarmados.

O levante das massas permitiu ao POR intervir no movimento mineiro, aprovar as Teses de Pulacayo e constituir o denominado Bloco Mineiro com um programa revolucionário para intervir no parlamento burguês. Lora levantou as consignas da independência de classe e a ocupação das minas. Em seguida, sobreveio outro massacre, para colocar fim ao levante, e passar à prisão dos deputados do Bloco Mineiro e exilá-los para o Chile.

No exílio, o Bloco Mineiro contou com o apoio das massas, que se colocaram contra a ditadura. Em resposta às perseguições e às prisões, o movimento mineiro se manteve em luta: convocaram-se assembleias, organizaram-se as ocupações das minas e chegou-se a tomar os funcionários do Estado como reféns. A revolta do proletariado mineiro foi contida com mais um massacre em 1948, chamado massacre de Catavi-SigloXX.

Foi um período de ascenso, onde as massas se colocaram contra toda a repressão e a perseguição ao Bloco Mineiro. É importante marcar que nessa intervenção, ao defender a política independente, Guillermo Lora foi exilado para o Chile. Em outubro de 1948, retornou através da Argentina para a Bolívia, ocupou seu posto no parlamento. A reação governamental o levou em seguida para a embaixada do Uruguai e, mais uma vez, foi exilado.

Todo esse processo de levante das massas, como já foi colocado pelos camaradas, vai culminar na Revolução de 1952. Mas, o que é importante também marcar nessa intervenção do Bloco Mineiro é a diferença entre uma intervenção revolucionária no parlamento burguês e a intervenção democrático-eleitoreira que fazem as esquerdas centristas. O que fizeram na Bolívia os centristas, o que hoje fazem os centristas, por exemplo, na Argentina, com a Frente de Esquerda dos Trabalhadores (FIT).

Guillermo Lora no Bloco Mineiro, com seis meses de intervenção revolucionária, foi preso e expulso, porque defendeu a estratégia revolucionária, as reivindicações do proletariado, o método da ação direta, a destruição do Estado burguês, aplicando a tática elaborada por Lênin e materializada pelo partido bolchevique. É dessa forma que os revolucionários intervêm nas eleições e no parlamento burguês. E temos uma experiência que mostra o oposto de uma intervenção revolucionária, como fizeram Lora e os bolcheviques: trata-se, como apontamos anteriormente da intervenção, que faz a FIT na Argentina.

A FIT já está há mais de dez anos com cinco deputados eleitos. Não defendem o método da ação direta, a ocupação de fábricas, a estatização sem indenização e o controle operário da produção e a tomada do poder por meio da revolução proletária. Os centristas da FIT se limitam a enviar projetos de lei sobre o aumento de salário, empregos e demais reivindicações das massas ao parlamento burguês. Iludem as massas com o legalismo e formalismo de que por meio do parlamento burguês, pela via democrática, será possível conquistar as reivindicações fundamentais dos explorados. Está aí um exemplo claro do que é o centrismo, do que foi o partido nacionalista na Bolívia, com o MNR, e todos os oportunistas de esquerda que faziam parte do parlamento burguês e que se opunham à estratégia revolucionária de destruição do Estado burguês.

Na Argentina, os centristas estão há mais de dez anos sobrevivendo das migalhas do Estado. Porque sua estratégia não é a de destruir o Estado, e sim, de administrar o Estado burguês. O centrismo conclui como reformista burguês e defensores da propriedade privada. Os centristas e reformistas, com a tática democrático-burguesa, permitem que as tendências fascizantes avancem na Argentina, no Brasil e no mundo, como está acontecendo. As massas padecendo da crise de direção, da ausência de um partido revolucionário, inserido no seio do movimento operário, sentem as dificuldades de combater as tendências fascizantes e parte delas são arrastadas porque não veem os perigos da ditadura de classe da burguesia. Milei, na Argentina, é um exemplo disso; Bolsonaro, no Brasil, e o Trump, nos Estados Unidos, são outros.

Uma conclusão importante da intervenção do marxismo-leninismo-trotskismo no Bloco Mineiro é a de que o POR é continuidade do programa do Partido Bolchevique, do Programa de Transição da IV Internacional e dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional. Isso porque aplicou e aplica esse programa na Bolívia atrasada. Essa conclusão é importante, porque o POR

da Bolívia não é só herdeiro das tradições programáticas e revolucionárias do Partido Bolchevique, mas também porque encarna a sua continuidade. Por isso, camaradas, estamos aqui celebrando os 90 anos do POR da Bolívia. Assim como o POR boliviano, as seções do Brasil, da Argentina e do Chile, organizadas e centralizadas pelo CERQUI, são a continuidade dessa tradição, desse programa e dessa estratégia revolucionária que guiam a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Por isso, camaradas, o Lora, como foi colocado, a história do Partido Operário Revolucionário na Bolívia, é a história dessa luta política contra o nacionalismo do MNR, contra o estalinismo e contra todos os revisionistas. Por isso, Guillermo Lora deve ter seu nome, como está aqui nesta bandeira (Luiz aponta para a bandeira ao seu lado), colocado ao lado dos grandes revolucionários, como Marx, Lênin e Trotsky. Porque Lora compreendeu - um jovem de 20 anos, proveniente da pequena burguesia - a tese marxista de que a classe operária é a classe revolucionária que destruirá o capitalismo e erguerá a sociedade sem classes, o comunismo. Lora aplicou essa noção histórica na Bolívia, quando, aos 20 anos, juntamente com a sua célula, perseguidos pela polícia, se refugiaram nas minas. E, nas minas, entendendo que a classe operária é a classe revolucionária, organizou a inserção e a projeção do programa revolucionário do POR no movimento mineiro, que nos permite hoje levantar e dar continuidade a todo seu legado. Portanto, camaradas, essa é uma particularidade que coloca o dirigente Lora entre os grandes revolucionários. Entender como fez Lora, que a classe operária é a classe revolucionária, deve servir a todas as seções, a todo revolucionário, a toda militância que vem da pequena-burguesia, pois nos coloca a tarefa de ganhar a classe operária para o Partido Operário Revolucionário.

Em plena ditadura, perseguido, Lora foi para as minas e deu continuidade à inserção do programa revolucionário no movimento mineiro. Aqueles que não foram, que eram maioria na direção do partido, como ele mesmo declarou, a maioria do partido naquele momento era conformada de estudantes e intelectuais, que não estavam preocupados em organizar a classe operária, porque não orientavam a célula de Lora que estava nas minas. Viviam nos cafés, filosofando. E por isso, não é nenhuma novidade que essa maioria tenha capitulado frente ao MNR, e o Lora tenha dado a luta política para combater o MNR e todos os centristas, pablistas, morenistas e demais revisionistas que hoje acusam o POR de ter traído a Revolução de 1952.

Por tanto, camaradas, os 90 anos do POR da Bolívia não pode ser simbólico. Não podemos apenas exaltar sua tradição e legado. Devemos continuar levantando bem alto e dando continuidade a seu programa revolucionário, que é um exemplo de continuidade do marxismo-leninismo-trotskismo. E nós, como todas as seções, devemos continuar fortalecendo o trabalho para ganhar a classe operária para o partido. Na Bolívia, havia o setor dos mineiros. No Brasil, nós temos vários setores da classe operária. Temos metalúrgicos, petroleiros, químicos, borracheiros e muitos outros. A única forma de construir as células operárias é continuar avançando e sendo ofensivo com o trabalho no seio do movimento operário. Esta é uma lição fundamental deixada por Guillermo Lora e pelo POR Boliviano.

Camaradas, para concluir, reivindicamos a militância e toda a tradição revolucionária e programática do POR boliviano. Camaradas, quero chamar todos a dar viva aos 90 anos de luta do POR da Bolívia.

Viva o Partido Operário Revolucionário da Bolívia! Viva! Viva o Partido Mundial da Revolução Socialista! Viva! Morte ao capitalismo! Morte! Viva o comunismo! Viva! Guillermo Lora, presente! Presente! Isaac Camacho, presente! Presente! César Lora, presente! Presente! Miguel Lora presente! Presente! Salva de palmas

O POR boliviano explicou a restauração capitalista

Rafael Souza

Camaradas, fiquei encarregado de fazer uma exposição sobre o processo de restauração capitalista. Estabeleci alguns pontos. Uma questão preliminar que se coloca é a seguinte: a dissolução da União Soviética em 1991 e a queda dos estados operários do leste europeu foram a grande tragédia para o movimento operário internacional, superando, em certo sentido, inclusive, a dissolução da Terceira Internacional. Porque se trata da quebra das revoluções e da derrota das conquistas históricas do proletariado arrancadas por meio da revolução proletária.

E vale também fazer a seguinte consideração. Esse processo ocorreu há aproximadamente três décadas e meia. E é o período, vejam, em que o POR brasileiro estava se formando. O POR vai se formar em 1989. E, portanto, o próprio Comitê de Enlace não existia ainda, como a gente o conhece hoje. Estava dando os seus primeiros passos. Então, coube ao POR boliviano praticamente elaborar as principais formulações sobre a restauração capitalista.

Vejam, a posição do POR boliviano não é uma posição distinta da posição da Quarta Internacional e do trotskismo. Porque o POR boliviano permaneceu fiel ao Programa de Transição. (...) O Programa de Transição estabelece a caracterização de que a União Soviética saiu da Revolução de Outubro como um Estado Operário. A nacionalização das terras, o monopólio do comércio exterior, a planificação econômica esteve na base da constituição do Estado Operário. Porém, a burocracia soviética usurpou o poder da classe operária, e passou a ter interesses próprios de casta. Ela se torna estranha ao proletariado e passa a refletir os interesses de outras classes sociais. Então, a União Soviética sai da Revolução e logo padece da degeneração do Estado Operário, a partir da estalinização do Partido Comunista Russo.

Qual era o prognóstico político que o Programa de Transição fazia? Era de que ou a classe operária reconstituiria o partido seguindo a tradição bolchevique, realizava uma revolução política, derrubava a burocracia e abria caminho novamente para a transição ao socialismo ou esta burocracia iria se transformando cada vez mais, porque ela iria se transformando cada vez mais no órgão do imperialismo, da burguesia mundial, iria, portanto, destruir as conquistas da Revolução Russa, iria lançar a União Soviética de volta ao capitalismo.

Vejam que esta tese do Programa de Transição se confirmou de alto a baixo. E foi agarrando-se nessa tese que o POR boliviano fez e faz as suas elaborações. A principal delas vai ser um material que o Lora redige, no final dos anos 80, e que se chama A Contra-Revolucionária Perestroika. E falar da perestroika é extremamente importante porque, vejam, por mais que o Deng Xiaoping, na China, de 1979, tenha começado a falar sobre socialismo com características de mercado, foi a perestroika do Gorbachov, em 1985, 1986, que acabou sendo a grande referência internacional. Primeiro para os estados do leste, em seguida, inclusive, para Cuba.

Então o Guillermo Lora vai analisar a perestroika e colocar o seguinte: não é um raio em céu azul, não caiu do céu, foi preparada por todo um processo anterior. A política estalinista contrarrevolucionária do socialismo em um só país, por mais que a princípio tivesse impulsionado as forças produtivas no interior da União Soviética, levou a um bloqueio destas mesmas forças produtivas, que vão se chocar, em primeiro lugar, com as fronteiras nacionais. Ou seja, a ausência da Revolução Mundial, a limitação dessas forças produtivas, ao que a União Soviética havia conquistado, vão se transformar num primeiro choque. O segundo choque dessas forças produtivas vai se dar com os métodos de gestão burocráticos. Então, as forças produtivas começam a regredir. E é aí que aparece uma fração da burocracia soviética que vai propor medidas eco-

nômicas que vão estar ali plasmadas na Glasnost e na Perestroika, principalmente na Perestroika, que é uma palavra russa que significa reestruturação econômica.

Portanto, a burocracia estabelece um plano de privatizações, de abertura econômica, de permissão à penetração do capital financeiro na União Soviética, levando ao desmonte do monopólio do comércio exterior e da economia planificada. Guillermo Lora, no seu livro, analisa esse momento com muita propriedade, explicando que a Glasnost-Perestroika será o caminho por onde vai se trilhar a restauração capitalista na União Soviética. E nisso Guillermo Lora entra em colisão, o POR boliviano entra em conflito com os revisionistas do trotskismo. Ernest Mandel, dirigente do Secretariado Unificado (SU), representando uma fração da Quarta Internacional, que se dissolveu nos anos de 1960, um expoente do revisionismo, dizia que a fração de Gorbachov realizava uma autorreforma da burocracia, sendo a Glasnost progressiva. A corrente do Mandel aqui no Brasil ficou muito conhecida e representada pela DS, a Democracia Socialista do PT. Vejam, portanto, como Mandel se distancia da revolução política. Ele vai postular que a revolução política estaria em curso. Como se a própria burocracia tivesse encontrado um caminho de se auto-regenerar. Isso é o significado da glasnost e da perestroika para o Mandel. Por outro lado, temos os morenistas. O que é que os morenistas diziam? Aliás, o que é que eles vão dizer? Os morenistas vão dizer que a União Soviética já era capitalista. Eles escrevem isso. Já era capitalista no período de ascensão do Gorbachov. A ascensão do Gorbachov é a culminância da restauração capitalista. E o que eles vão dizer mais? Vão dizer que a queda da União Soviética foi progressista. Vão saudar como progressista a queda das repúblicas do leste europeu. Porque o stalinismo assim, segundo a avaliação do morenismo, estaria privado de aparatos contrarrevolucionários. Então vejam o quão distante se encontra o POR boliviano das correntes revisionistas.

Portanto, diante do choque das alas burocráticas, havia a chamada linha dura, que era a que, vamos deixar claro, não é que se opunha à restauração capitalista. Na verdade, as duas alas que entravam em conflito eram, na verdade, uma que queria uma restauração capitalista de modo muito gradual. Havia outra que defendia a ideia de terapia de choque, de uma transição rápida e radical para o capitalismo. E havia a ala Gorbachov, que oscilava entre as duas. O que o Guillermo Lora defendia nos seus escritos sobre a Perestroika? Dizia que a classe operária russa não tinha que seguir nenhuma dessas frações. Tinha de levantar o programa da Quarta Internacional, tinha de levantar o programa da revolução política. E o que é que os fatos nos mostraram? Os levantes de massa na Polônia e na Romênia que foi um dos últimos estados a cair mostraram que era possível a revolução política se houvesse seções da Quarta Internacional constituídas nesses Estados. Então, a primeira conclusão que tiramos é de que o acerto do POR boliviano, o acerto dos escritos do Lora, só foi possível porque se manteve fiel ao Programa de Transição. A segunda, é que os escritos do Lora, seguindo a linha e o prognóstico do próprio Programa de Transição, confirmam pela negativa a validade das teses ali contidas. Que se um Estado Operário permanece isolado, e se atravessa uma espiral de burocratização, a classe operária vai ter de pagar o preço de uma segunda revolução, que é a revolução política. Não havia outra perspectiva para a URSS.

Em resumo, destacamos a importância das formulações do POR boliviano diante do processo de restauração capitalista e liquidação da URSS.

Viva os 90 anos do POR!

Aplausos

Argentina

As lutas crescem a partir do zero, apesar da burocracia que se recusa a generalizá-las

Somos vítimas da política fundo monetarista de Milei

Para derrotá-lo, temos de unificar as lutas

A mobilização multitudinária da última quarta-feira deu um passo importante na unificação das lutas em torno da resistência dos aposentados. Juntaram-se os trabalhadores de Garrahan, os afetados por deficiências, vários sindicatos com suas demandas e o movimento “Ni una Menos”, que alterou num dia sua convocação para se juntar aos aposentados na luta. Este é o caminho. Como disseram os companheiros aposentados, não era apenas uma questão de solidariedade com sua resistência, cada setor tinha que se unir com suas próprias demandas e multiplicar essa referência de resistência às quartas-feiras.

Destacamos a extraordinária reação dos trabalhadores da educação de Catamarca, que impuseram com sua mobilização histórica e massiva a revogação do decreto 884/25 (“Regime de Cobertura de Cargos dos Níveis de Educação Inicial, Primária, Especial, de Adultos e Secundária”), conquistando a solidariedade dos trabalhadores da Província. Houve um repúdio generalizado à burocracia sindical associada ao governo peronista de Jalil, aliado de Milei.

A mobilização continua em toda a Província diante da ameaça de reforma do estatuto do professor de Catamarca e na demanda de reajuste salarial, exigindo estabilidade no emprego, preenchimento dos cargos vagos e aumento do orçamento. Outros setores se juntaram com suas próprias demandas, como funcionários públicos, trabalhadores da saúde e até mesmo a polícia provincial (pessoal administrativo da polícia participaram da última marcha) sob as bandeiras da Unidade e da luta por um salário digno!”, “Chega de salários de fome!”

Os metalúrgicos de Tierra del Fuego protagonizaram uma re-

belião popular acompanhada por todos os setores em defesa dos empregos e das fábricas. O governo teve que recuar e os empregadores garantiram que os empregos estavam garantidos até o final do ano. Os trabalhadores rejeitaram o acordo que foi assinado pela burocracia; em todas as fábricas exigem a assembleia geral para analisar como continuar com uma greve por tempo indeterminado e criticam que houve uma tentativa de restringir o debate interno.

A luta dos trabalhadores do Hospital Garrahan expressa a luta de todos os trabalhadores da saúde. As provocações do governo os deixaram isolados da maioria da população, que valoriza o Hospi-

tal por ser referência nacional e internacional em pediatria. Ameaçaram brutalmente os médicos residentes que ganham menos da metade da cesta básica, deixando-os fora do sistema se não suspendessem as medidas de força, ao mesmo tempo em que lhes concediam um reajuste salarial (é um setor minoritário dos trabalhadores). Também ameaçam o resto dos trabalhadores do Hospital em luta e procuram dividi-los. No Cabildo Aberto convocado, dezenas de organizações sociais, de saúde, científicas, estudantis, de direitos huma-

nos etc. apoiaram a luta e convocaram dois dias de protestos e uma nova mobilização para quarta-feira, 11 de junho.

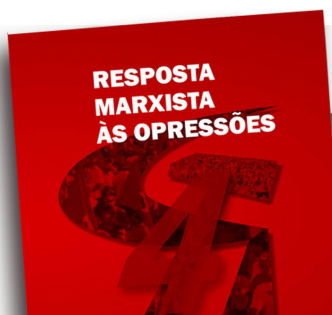
O governo aposta no desgaste das lutas e que elas desapareçam da imprensa, permanecendo firme no aperto salarial, que os salários não recuperem nem parte do que foi perdido. A CGT e a CTA não estão trabalhando para coordenar e unificar as lutas, pelo contrário, parece que também esperam que se desgastem. Sua política é esperar pelas eleições e derrotar Milei eleitoralmente. É agora que devemos derrotar a política de Milei e do FMI!



Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da **opressão social**. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR



33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No Jornal Massas 740, retornamos a novembro de 1925, quando Trotsky divulgou o escrito “Para onde vai a Rússia?”. Nesse momento, ainda lutava no interior do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) contra a emersão do revisionismo estalinista-bukhariiano. As divergências em torno à orientação estratégica da construção do socialismo e à política econômica assentaram a linha divisória entre o estalinismo e o marxismo-leninismo. A condução da economia soviética em meio à economia mundial capitalista colocava o Estado operário diante de contradições particulares e gerais.

No Jornal Massas 741, extraímos as principais formulações do documento “O Novo Curso”, de dezembro de 1923. Data essa em que Trotsky dirige uma carta ao partido (“Carta Dirigida ao Partido”), cujo objetivo foi o de assinalar a existência dos primeiros sinais de degenerescência burocrática do Partido Comunista russo e fundamentar a defesa do regime centralista-democrático nas condições concretas de construção da transição do capitalismo ao socialismo.

Trotsky aponta que emergia um defeito de ordem principista. Na forma de denúncia, diz que a “burocracia mata a iniciativa e entorpece assim a elevação do nível geral do partido”. A experiência do partido dirigir “coletivamente a classe operária e o Estado proletário” era recente e exigia uma “colaboração ativa e constante da nova geração no quadro da democracia”. Era inevitável intensas discussões e surgimento de divergências que não poderiam ser sufocadas por ações burocráticas. Assim, Trotsky defende: “É necessário que o partido retome a iniciativa coletiva, o direito de livre e fraternal crítica, que tenha a faculdade de se organizar”. Conclui: “É necessário regenerar e renovar o aparato do partido e permitir que compreenda que não é mais que um executor da vontade coletiva”.

Diante da discussão sobre a possibilidade de surgimento de frações, demonstra que a melhor forma de evitar os perigos do fracionamento é não im-

pedir burocraticamente o surgimento das divergências, de forma que o “burocratismo do aparato é precisamente uma das principais fontes do fracionamento”. O centralismo burocrático é exercido contra a crítica, como se essa fosse uma manifestação por si só de posição divisionista. Nestes termos, em sua carta, Trotsky faz uma veemente defesa do centralismo democrático. Esse embate, em fins de 1923, foi o prenúncio do desfiguramento do regime partidário estabelecido pelo bolchevismo e, portanto, um fator de risco para a relação essencial entre o Estado operário e a classe operária.

No Jornal Massas 741, dedicamos a exposição a dois aspectos: “A Geração no Partido” e “A Composição Social do Partido”. Agora, trataremos do ponto final do “O Novo Curso” que é a “Formação de frações”. Os dois apêndices “O funcionalismo no Exército e fora dele” e “A relação entre a cidade e o campo” que compõem a edição Juan Pablo Editor, México, D.F., 1974 não comentaremos.

Formação de frações

Ao se afirmar um “novo curso”, se tem presente um passado qualificado de “velho curso”. Essa referência se remete ao X Congresso do Partido Comunista, realizado entre 8 a 16 de março de 1921, ainda sob a direção de Lênin, quando se aprovou a dissolução dos agrupamentos que expressavam o fracionamento do partido. O X Congresso ocorreu em um momento muito especial em que se afirmava o Estado operário e a economia arruinada exigia uma forte intervenção centralizada do governo soviético. Ecoava, ainda, os acontecimentos da revolta de Kronstadt. Lênin e seu Projeto de Resolução sobre a Unidade do Partido considera um perigo “o surgimento no partido de certos indícios de fracionismo, ou seja, de formação de grupos com plataformas particulares e com tendência a certo grau de segregação e criação de sua própria disciplina de grupo”, refere-se concretamente ao grupo chamado “oposição operária”, ou parte do grupo denominado “centralismo democrático”. Critica e reage “por prin-

cípio” contra “o desvio ao sindicalismo e ao anarquismo”. Essa decisão do X Congresso foi bem particular, uma vez que a constituição do bolchevismo se deu entre lutas fracionais no Partido Social Democrata Russo e sob o fundamento do centralismo democrático desenvolvido pelo próprio Lênin em sua concepção do partido marxista. Lênin avaliou que no momento do X Congresso as lutas fracionais favoreciam as forças da contrarrevolução que ainda se mostravam capazes de combater o Estado operário.

Sob a qualificação de “novo curso”, Trotsky afirma que a “questão de grupos e frações no Partido se tornou o eixo da discussão”. Refere-se a uma resolução do Comitê Central que assinala “o regime burocrático como uma das fontes do surgimento das frações”. Diz que o “velho curso esteve bem longe da democracia, e, no entanto, não preservou o partido nem das frações ilegais, nem da atual dissensão tempestuosa que não é possível ocultar, que poderia conduzir a formação de grupos provisórios ou duráveis”. A experiência anterior poderia ser avaliada sob as novas circunstâncias de que as divergências são inevitáveis e, portanto, naturais no funcionamento do partido marxista-leninista, sendo assim previsíveis a possibilidade de formação de grupos e frações.

Sobre a base dessa premissa, Trotsky estabelece a seguinte formulação: “Para evitá-lo, é necessário que os órgãos de direção do Partido ouçam a voz das massas, não considerando toda a crítica como uma manifestação do espírito de fração e não obrigando com isso os comunistas conscientes e disciplinados a fazer sistematicamente silêncio ou a constituir-se em fração”. A resolução do CC que considerava “o regime burocrático como uma fonte das frações” passou a ser questionada justamente pela burocracia governamental que ganhava força e deformava o regime partidário soviético. Agarrava-se ao velho curso que caracterizou as circunstâncias em que se realizou o X Congresso.

Trotsky, ao recorrer à experiência passada, faz uma referência exempli-

ficadora à fração mais importante que foi a Oposição Operária, dirigida por Alexandra Kollontai. Explica: *“O grupo mais duradouro, em certos aspectos mais perigoso, foi o da Oposição Operária. Refletiu, de modo deformado, as contradições do comunismo de guerra, certos erros do Partido, assim como as dificuldades objetivas essenciais da organização socialista”*. Assim, Trotsky faz uma avaliação sobre a resolução do X Congresso: *“A decisão do X Congresso proibindo as frações pode ter somente caráter auxiliar – por si mesma não dá a chave para a resolução de todas as dificuldades interiores”*.

O fundamental da resposta de Trotsky aos opositores da resolução do CC consiste nas seguintes formulações: a) *“dissemos anteriormente que todo grupo durável e importante no Partido, e com maior razão qualquer fração organizada, tende a ser o porta-voz dos interesses sociais particulares”*; b) *“todo desvio pode se tornar, em seu desenvolvimento, na expressão de interesses de uma classe hostil ou semi hostil ao proletariado”*; c) *“a burocracia é um desvio, e um desvio insano (...) Desde o momento em que é assim, ameaça desviar o partido do caminho reto, do caminho de classe”*. Tendo por fundamento o *“critério social”*, Trotsky recorre à resolução do CC para colocar o dedo na ferida provocada pela burocratização, atacando o fato de que a *“burocracia ameaça separar o partido das massas, e, portanto, debilitar o caráter de classe do partido, resulta que a luta contra a burocracia não poderia ser de nenhum modo o resultado de influências não-proletárias. Pelo contrário, a aspiração do Partido em conservar o seu caráter proletário deve engendrar necessariamente a resistência da burocracia. Evidentemente, sob o aspecto dessa resistência podem manifestar-se diversas tendências errôneas, nocivas, perigosas”*. Dessa constatação, Trotsky passa para o método marxista. Não se pode descobrir o desvio a não ser *“pela análise marxista de seu conteúdo ideológico”*.

A reação da burocracia à resolução do CC foi, entre outros ataques, acusar Trotsky de fracionista. Responde: *“Pelo contrário, assistimos nesse momento a uma nova ofensiva do aparato partidário, que separa toda a crítica do ‘velho curso’, formalmente condenado, mas ainda não liquidado, acusando-a de manifestação do espírito de fração. Se as frações são perigosas (e isso é assim), é criminoso fechar os olhos diante do perigo que representa a fração burocrática conservadora. Contra esse perigo se dirige, em primeiro lugar, a resolução do CC”*.

Esse capítulo do *“O Novo Curso”* tem particular importância para se compreender que as primeiras manifestações da burocracia restauracionista emergiram no seio do partido desnaturalizando, deformando e negando o centralismo democrático.

Observação

Encerramos a apresentação do livro *“O Novo Curso”* com a questão da constituição de frações. A edição publicada

pelo POR no livro *“100 anos da Revolução Russa”*, de setembro de 2017, abrange até *“Agrupamentos e Frações”*.

A edição do México, acima citada, inclui duas partes que não expusemos. Sobre o *“Funcionalismo no Exército e fora dele”*, Trotsky analisa e combate a subordinação do exército à burocracia funcional e defende que o Exército Vermelho seja uma *“organização combativa de massa, que não são funcionários bajuladores, mas homens moralmente muito bem temperados, compenetrados do sentimento de responsabilidade pessoal, que se criam no dever de elaborar a consciência, sua opinião pessoal, sobre cada questão importante, e de defendê-la calorosamente por todos os meios que não sejam contrários à disciplina racionalmente compreendida (e não burocraticamente) e à unidade da ação”*.

Sobre *“A Relação entre a Cidade e o Campo”*, Trotsky rechaça as acusações de que havia tido posições distintas da de Lênin. Tratava-se de rumores criados pela burocracia que se fortalecia e que via em Trotsky um perspicaz adversário. Demonstra que não era verdade a acusação de que *“rebaixava o papel das massas camponesas no desenvolvimento econômico”*, bem como não era verdade que não dava *“suficiente importância à aliança econômica e política do campesinato e do proletariado”*. Trotsky recorre a uma carta de Lênin contestando tais *“rumores”*. Eis: *“Trotsky declara que os rumores que correm sobre divergência entre ele e eu (sobre a questão dos camponeses) são a mentira mais monstruosa, mais desavergonhada divulgada pelos grandes proprietários territoriais, os capitalistas e seus auxiliares, benévolos ou não. De minha parte, compartilho completamente da declaração de Trotsky”*.

Vejam as passagens básicas: *“No regime capitalista, a crise é um meio natural e, no final das contas, unicamente para regularização da indústria; isto é, para a realização do acordo entre si e a produção total com a capacidade do mercado. Mas em nossa economia soviética, intermediária entre o capitalismo e o socialismo, as crises comerciais ou industriais não podem ser reconhecidas como um meio natural, nem sequer inevitável de acordo entre as partes da economia natural”*. Refere-se a subsistência do capital comercial e os perigos do *“avanço da acumulação primitiva, a princípio no domínio comercial, depois, no domínio industrial”*. Trotsky assinala a presença de forças restauracionistas ainda embrionárias. Se não havia a possibilidade no processo de transição inicial de suprimir o mercado, era preciso suprimir *“a base do mercado”*. Essa estratégia era possível porque o *“Estado operário tem em suas mãos as forças produtivas fundamentais da indústria e dos meios de transporte, bem como, o crédito”*.

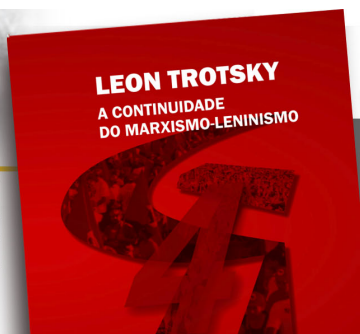
Com essas passagens, concluímos a exposição de dois trabalhos de Trotsky: *“Para onde vai a Rússia?”* e *“O Novo Curso”*.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**